
***Companhia de
Desenvolvimento
de Minas Gerais – CODEMGE***
***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE e da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de março de 2020, sem ressalvas.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as notas explicativas 1(c) e 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descrevem que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com sua parte relacionada, CODEMIG, em virtude dos valores de dividendos repassados por sua controlada que totalizaram R\$ 373.659 mil (R\$ 538.219 mil em 2019). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2021



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Relatório da administração em

31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) é uma empresa estatal, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Minas Gerais, organizada sob a forma de sociedade por ações, tendo o Estado como principal acionista. A Codemge é resultado de um processo de reorganização societária de cisão parcial da Codemig, carregando, portanto, seu objeto social e desempenhando o papel de desenvolvimento no Estado de Minas Gerais. Dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, a Codemge tem o controle acionário da Codemig. A estrutura da Codemge e de sua participação na Codemig correspondem ao Grupo Econômico da Codemge (“Grupo”).

Sua atuação objetiva contribuir para o desenvolvimento de Minas Gerais, colaborando para um ambiente de eficiência, simplificação e sustentabilidade e gerando valor para o acionista. Com isso, a Companhia busca ser uma empresa sustentável, focada no compromisso com austeridade e governança responsável e na capacidade de geração de resultados. Após o processo de cisão, foram realizadas outras transações de reorganização societária que definiram a Codemge como acionista majoritária da Codemig (51%), usufruindo da participação desta na Sociedade em Conta de Participação (SCP) estabelecida com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), para exploração do nióbio.

Em 2020, a Codemig teve resultados significativos derivados da sua participação na SCP com a CBMM, mas inferiores ao exercício anterior em função do impacto da pandemia de covid-19 no exercício corrente. Atualmente, a Codemig tem como único negócio a exploração do nióbio, por meio da referida SCP com a CBMM.

A seguir, apresenta-se a evolução econômico-financeira do Grupo, conforme dados consolidados.

EVOLUÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em **volume de desembolsos**, o Grupo distribuiu em dividendos a seus acionistas, ao todo, **R\$852 milhões**, decorrentes de dividendos intercalares e intermediários.

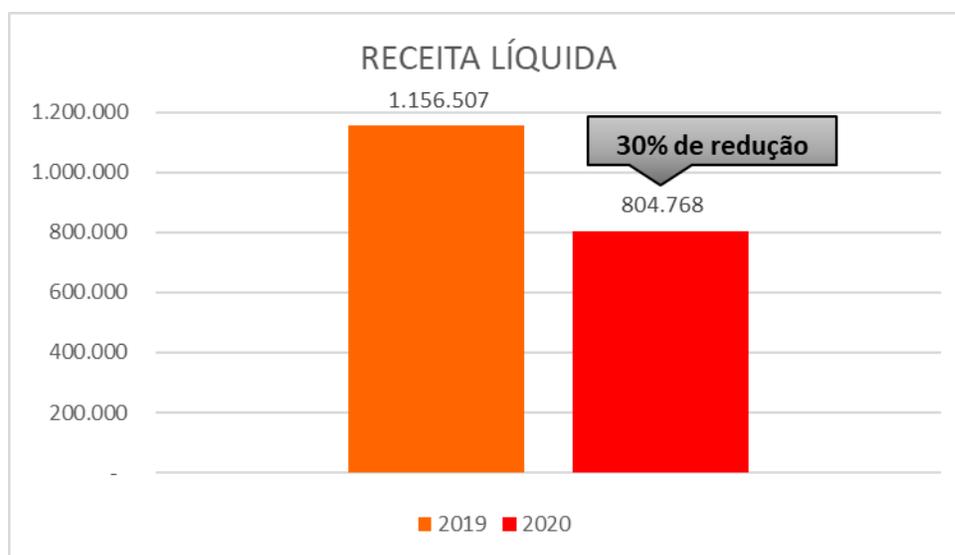
RECEITA LÍQUIDA

O Grupo atingiu em 2020 a receita líquida de **R\$805 milhões**, substancialmente devido aos lucros recebidos da Sociedade em Conta de Participação mantida com a CBMM.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Relatório da administração em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



No entanto, a receita líquida auferida em 2020 pelo Grupo foi 30% menor do que a de 2019 – em números absolutos, foram registrados R\$352 milhões a menos do que em 2019. A redução da receita deve-se, principalmente, ao impacto negativo no resultado da SCP derivado da queda nas vendas e, principalmente, de efeitos cambiais reflexos da pandemia de covid-19.

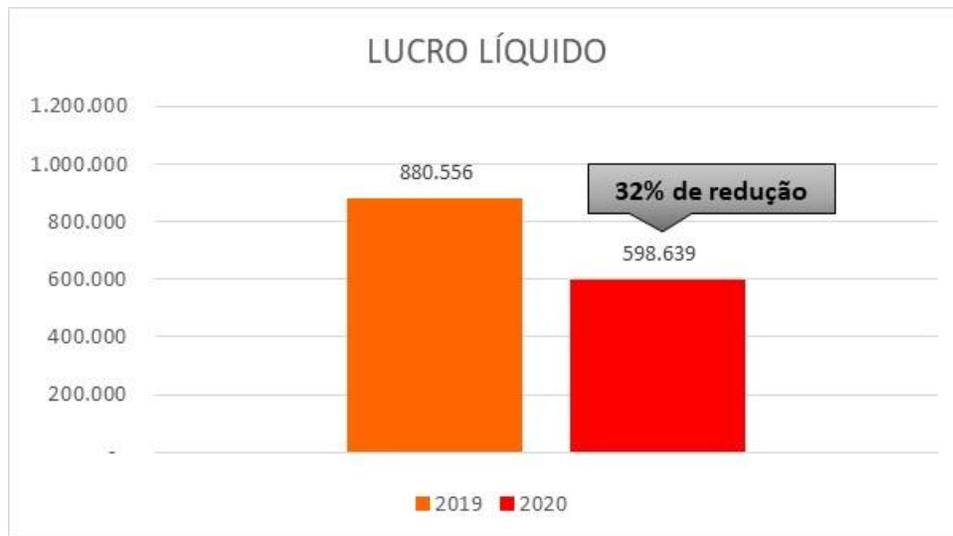
Como imposto de renda da SCP devido à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, ao fim do exercício de 2020, foram registrados R\$350 milhões, os quais foram repassados em janeiro de 2021. O total da participação da Codemig no imposto de renda e na contribuição social da SCP nos resultados de 2020, considerando o valor pago em janeiro de 2021 e o montante de imposto antecipado durante o exercício, alcançou R\$426 milhões no ano.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Relatório da administração em
31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

LUCRO LÍQUIDO



Principalmente devido à redução de resultado da SCP, em 2020, a Codemge diminuiu em 32% seu resultado positivo de 2019, atingindo lucro líquido de **R\$599 milhões**.

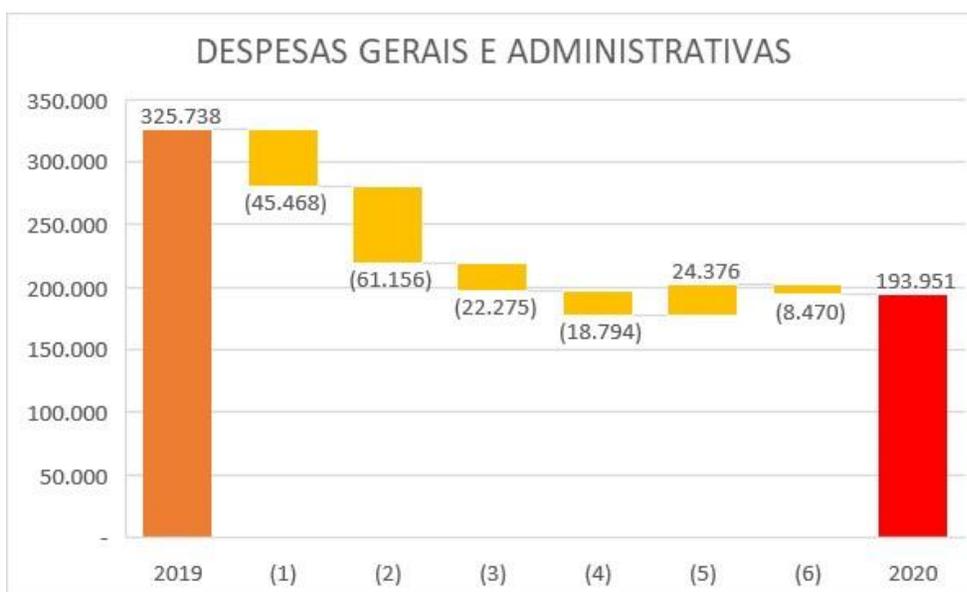
A redução do lucro (R\$282 milhões) foi impactada diretamente pela queda da receita líquida (R\$352 milhões), contrabalanceada pela redução das despesas gerais e administrativas (R\$132 milhões), que, em 2019, havia sido impactada por diversos fatores não recorrentes.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Relatório da administração em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS



A redução das despesas gerais e administrativas de 40%, R\$132 milhões em números absolutos, se deu substancialmente devido a fatos isolados, não correlacionados, não recorrentes e de valor relevante, quais sejam:

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Relatório da administração em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (1) Em 2019, *impairment* das benfeitorias no prédio que abrigará o P7 Criativo (R\$46 milhões) decorreu de mudanças no modelo de atuação do projeto ao final daquele exercício, as quais não permitiram ao Grupo conseguir estimar a expectativa de rentabilidade do empreendimento;
- (2) Em 2019, *impairment* de um terreno no bairro Bonsucesso (R\$22 milhões) e de outro, derivado de um processo desapropriação para construção da Cidade Administrativa de Minas Gerais (R\$39 milhões), ambos considerando os planos da administração do Grupo de doar tais terrenos ao Estado de Minas Gerais;
- (3) Acordo em 2019 para findar um processo judicial que culminou no registro de R\$22 milhões em suas contingências, integralmente quitados durante aquele exercício – vide nota 25 (iii);
- (4) Em 2019, foram avaliados todos os ativos recebidos do Estado com pendências de regularização da sua transferência cartorial para o CNPJ das entidades pertencentes ao Grupo, de modo a considerar quais são as obrigações tributárias incidentes sobre eles. A partir desse trabalho, o Grupo registrou perdas tributárias no montante total de R\$19 milhões, parte já quitada naquele exercício (R\$9 milhões) e outra ainda registrada em suas contingências (R\$10 milhões);
- (5) Em 2020, R\$24 milhões de *impairment* do LabFabITR conforme *valuation* do empreendimento;
- (6) Outras reduções nas despesas gerais e administrativas de R\$8 milhões são pulverizadas.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO



O **patrimônio líquido** do Grupo reduziu em R\$248 milhões, ou seja, variou negativamente em 12% na comparação com 2019. Tal redução deriva da distribuição de dividendos ao Estado nesse mesmo exercício. O Grupo apurou um resultado abrangente – lucro do exercício acrescido de outros resultados abrangentes – de R\$619 milhões. Como dividendos do lucro do exercício, o Grupo destinou R\$479 milhões líquidos ao Estado de Minas Gerais (seu principal acionista) sendo R\$107 milhões do lucro individual da Codemge e R\$372 milhões do lucro da Codemig, além de R\$388 milhões de dividendos tendo como contrapartida das reservas de lucros – R\$322 milhões de reservas da Codemge e R\$66 milhões das reservas da Codemig.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

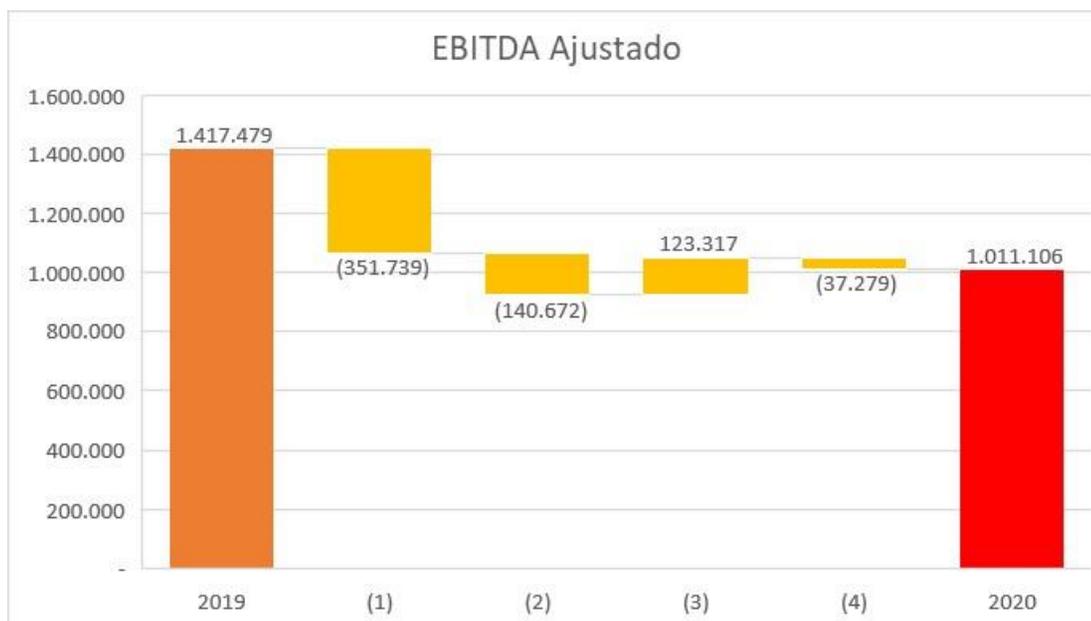
Relatório da administração em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EBITDA

	2020	2019*
Lucro líquido do exercício	598.639	880.556
(+) IR/CSLL sobre o lucro do exercício	76	536
(-) Resultado financeiro positivo	(28.128)	(45.138)
(+) Depreciação e amortização	14.124	14.458
EBTIDA - conforme ICVM 527	584.711	850.412
<i>Efeito relevante na geração bruta de caixa</i>		
(+) Imposto de renda e contribuição social referentes à Participação da Companhia na SCP	426.395	567.067
EBTIDA ajustado	1.011.106	1.417.479

* Base de 2019 considera o resultado de operações descontinuadas.



A variação negativa de 29% do EBITDA ajustado do Grupo, R\$406 milhões, decorre substancialmente de:

- (1) Redução da receita líquida do exercício de 2020, comparativamente a 2019;
- (2) Redução dos tributos sobre o lucro da SCP, a pagar a CBMM;
- (3) Redução das despesas gerais e administrativas em função de eventos não recorrentes, ocorridos em 2019;
- (4) Impacto líquido de outras alterações no resultado.

Outras informações gerenciais sobre o andamento do Grupo durante o exercício de 2020 poderão ser verificadas na publicação anual do Relatório de Gestão da Codemge 2020, que será divulgado na página eletrônica da empresa (<http://www.codemge.com.br/a-codemge/relatorio-de-gestao/>).

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.457	227.414	305.647	471.004
Títulos e valores mobiliários	6	13.598	197.313	290.909	679.960
Contas a receber	7	18.547	17.577	137.657	131.959
Dividendos e JCP a receber	8	117.430	27.060	5.499	669
Tributos a recuperar	9	4.223	1.375	5.625	3.548
Partes relacionadas	13	689	819	-	-
Outros ativos circulantes	10	534	13.081	534	13.081
Total do ativo circulante		188.478	484.639	745.871	1.300.221
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	41.528	-	287.476	100.531
Tributos a recuperar	9	15.936	16.296	26.771	23.530
Contas a receber	7	1.401	-	1.401	-
Depósitos judiciais	11	15.357	10.550	15.381	10.574
Estoque de imóveis a comercializar	12	32.955	31.886	32.955	31.886
Instrumentos financeiros patrimoniais	14.1	361.386	176.249	361.386	299.895
		468.563	234.981	725.370	466.416
Investimentos	14.2	531.943	751.721	224.240	238.982
Imobilizado	15	509.161	480.248	1.110.927	1.088.556
Intangível	16	38.231	29.737	38.250	29.756
		1.079.335	1.261.706	1.373.417	1.357.294
Total do ativo não circulante		1.547.898	1.496.687	2.098.787	1.823.710
Total do ativo		1.736.376	1.981.326	2.844.658	3.123.931

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	17	2.034	3.001	393.883	544.300
Operações de arrendamento mercantil	18	442	-	442	-
Tributos a recolher	19	3.701	4.236	3.786	4.439
Salários e encargos sociais	20	14.446	12.705	14.446	12.705
Adiantamentos e cauções recebidas	21	3.315	1.962	10.334	21.480
Partes relacionadas	13	12.846	19.511	-	-
Dividendos a pagar	23	-	69.116	110.273	95.114
Outras contas a pagar		2.822	3.178	2.822	3.178
Total do passivo circulante		39.606	113.709	535.986	681.216
Não circulante					
Contas a pagar	17	-	-	138.415	42.962
Operações de arrendamento mercantil	18	15.107	-	15.107	-
Tributos a recolher	19	11.282	-	11.282	2.877
Adiantamentos e cauções recebidas	21	-	6	175.056	194.573
Provisão para contingências	22	10.259	6.026	62.336	47.602
Partes relacionadas	13	49.540	69.050	-	-
Total do passivo não circulante		86.188	75.082	402.196	288.014
Total passivo		125.794	188.791	938.182	969.230
Patrimônio líquido	23				
Capital social		751.091	751.091	751.091	751.091
Reserva de capital		580.943	580.943	580.943	580.943
Ajustes de avaliação patrimonial		34.167	13.951	34.167	13.951
Reservas de lucro		244.381	446.550	244.381	446.550
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.610.582	1.792.535	1.610.582	1.792.535
Participação dos não controladores		-	-	295.894	362.166
Total do patrimônio líquido		1.610.582	1.792.535	1.906.476	2.154.701
Total do passivo e patrimônio líquido		1.736.376	1.981.326	2.844.658	3.123.931

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Operações continuadas					
Receita líquida	24	40.159	51.793	804.768	1.156.507
Lucro bruto		40.159	51.793	804.768	1.156.507
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	25	(169.032)	(285.350)	(193.951)	(325.738)
Gastos com desenvolvimento	26	(34.444)	(10.126)	(34.622)	(10.364)
Resultado com participações societárias	14.2	382.142	593.030	(3.144)	(756)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(2.545)	9.285	(2.464)	20.559
		176.121	306.839	(234.181)	(316.299)
Lucro antes do resultado financeiro		216.280	358.632	570.587	840.208
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	11.322	31.715	35.436	54.393
Despesas financeiras	28	(1.195)	(795)	(7.308)	(9.364)
		10.127	30.920	28.128	45.029
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		226.407	389.552	598.715	885.237
Imposto de renda e contribuição social	29	-	-	(76)	(536)
Lucro do exercício de operações continuadas		226.407	389.552	598.639	884.701
Operações descontinuadas					
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas	2(b)	-	(4.145)	-	(4.145)
Lucro líquido do exercício		226.407	385.407	598.639	880.556
Atribuível à:					
Acionistas da Companhia				226.407	385.407
Participação dos não controladores				372.232	495.149
				598.639	880.556
Lucro por ação de operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia no exercício (expressos em R\$ por ação)					
Lucro / (prejuízo) básico e diluído por ação					
De operações continuadas	30			1.103,24	1.898,21
De operações descontinuadas	30			-	(20,20)
				1.103,24	1.878,01

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício					
De operações continuadas		226.407	389.552	598.639	884.701
De operações descontinuadas		-	(4.145)	-	(4.145)
		<u>226.407</u>	<u>385.407</u>	<u>598.639</u>	<u>880.556</u>
Ganho de valor justo de investimentos avaliados a VJORA	14.1	39.671	-	32.716	18.810
Tributos diferidos sobre o ganho e perdas de valor justo		(10.984)	-	(8.618)	(6.396)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	14.2	(8.471)	12.028	(3.882)	(386)
		<u>20.216</u>	<u>12.028</u>	<u>20.216</u>	<u>12.028</u>
Resultado abrangente das operações continuadas		<u>246.623</u>	<u>401.580</u>	<u>618.855</u>	<u>896.729</u>
Resultado abrangente das operações descontinuadas		<u>-</u>	<u>(4.145)</u>	<u>-</u>	<u>(4.145)</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>246.623</u>	<u>397.435</u>	<u>618.855</u>	<u>892.584</u>
Atribuível à:					
Acionistas da Companhia				246.623	397.435
Participação dos não controladores				<u>372.232</u>	<u>495.149</u>
				<u>618.855</u>	<u>892.584</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros			Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido	
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados			
						Total			
Em 31 de dezembro de 2018	<u>875.395</u>	<u>580.943</u>	<u>1.923</u>	<u>62.996</u>	<u>94.499</u>	<u>-</u>	<u>1.615.756</u>	<u>208.330</u>	<u>1.824.086</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	385.407	385.407	495.149	880.556
Outros resultados abrangentes									
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas	-	-	12.028	-	-	-	12.028	-	12.028
Total do resultado abrangente do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.028</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>385.407</u>	<u>397.435</u>	<u>495.149</u>	<u>892.584</u>
Outras mutações no patrimônio líquido									
Redução de capital	(124.304)	-	-	-	-	-	(124.304)	124.304	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	289.055	(289.055)	-	-	-
Constituição de dividendos	-	-	-	-	-	(96.352)	(96.352)	(465.617)	(561.969)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>751.091</u>	<u>580.943</u>	<u>13.951</u>	<u>62.996</u>	<u>383.554</u>	<u>-</u>	<u>1.792.535</u>	<u>362.166</u>	<u>2.154.701</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	226.407	226.407	372.232	598.639
Outros resultados abrangentes									
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e instrumentos patrimoniais	-	-	20.216	-	-	-	20.216	-	20.216
Total do resultado abrangente do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.216</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>226.407</u>	<u>246.623</u>	<u>372.232</u>	<u>618.855</u>
Outras mutações no patrimônio líquido									
Constituição de reservas	-	-	-	-	119.828	(119.828)	-	-	-
Constituição de dividendos	-	-	-	-	(321.997)	(106.579)	(428.576)	(438.504)	(867.080)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>751.091</u>	<u>580.943</u>	<u>34.167</u>	<u>62.996</u>	<u>181.385</u>	<u>-</u>	<u>1.610.582</u>	<u>295.894</u>	<u>1.906.476</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	226.407	385.407	598.639	880.556
Ajuste de:				
Depreciação e amortização	8.732	8.406	14.772	14.458
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	26.966	108.203	26.966	104.269
(Reversão) / provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa	(68)	363	608	363
Provisão para litígios	3.863	25.160	3.863	25.618
Receitas financeiras	(4.252)	(19.486)	(18.637)	(24.369)
Despesas financeiras	1.792	216	7.715	8.534
Perda na baixa de imobilizado e outros ativos	5.447	1.455	5.467	1.455
Perda na baixa de partes relacionadas	-	-	-	3.163
Resultado de equivalência patrimonial	(382.142)	(593.030)	3.144	756
Variações em provisões, benefícios e incentivos	602	(4.215)	10.764	24.137
Ajustes de ativos e passivos operacionais:				
Redução / (aumento) de títulos e valores mobiliários para fins de negociação imediata	131.144	(109.873)	335.758	(433.613)
(Aumento) / redução no contas a receber	(5.325)	(14.112)	(10.729)	45.112
(Aumento) / redução dos impostos e contribuições a recuperar	(2.142)	1.900	(3.770)	2.294
Aumento de estoque de imóveis	(1.973)	(2.352)	(1.973)	(2.352)
(Aumento) / redução de depósitos judiciais	(4.807)	958	(4.807)	936
Aumento de ativos líquidos com partes relacionadas	(26.045)	(921)	-	-
Aumento de outros ativos	(125)	(8.275)	(125)	(8.275)
(Redução) / aumento no contas a pagar	(1.678)	(1.873)	(47.737)	93.134
Aumento / (redução) dos tributos a recolher	128	(33)	(653)	(1.671)
Redução de provisão para litígios	(50)	(22.275)	(50)	(22.930)
Aumento / (redução) de salários e encargos sociais	1.377	(848)	1.377	(854)
Aumento / (redução) de adiantamentos de clientes	1.319	224	(43.086)	77.710
Redução de outras contas a pagar	(521)	(901)	(521)	(898)
Dividendos recebidos	373.659	538.219	5.050	5.850
Fluxo de caixa líquido originado atividades operacionais	352.308	292.317	882.035	793.383
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte em títulos e valores mobiliários	(71.125)	(53.749)	(440.039)	(233.900)
Resgate de títulos e valores mobiliários	99.869	854	322.032	20.270
Aquisição de imobilizado	(35.139)	(69.942)	(35.140)	(69.942)
Custos de desenvolvimento	(11.567)	(6.566)	(11.568)	(6.566)
Aquisição de direitos contratuais, marcas e patentes e software	(120)	(147)	(120)	(147)
Aporte de capital em controladas e coligadas	(5.588)	(73.190)	(2.305)	(1.932)
Aporte em fundos de investimento	(24.963)	-	(28.331)	(68.054)
Incorporação Codepar	60	-	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(48.573)	(202.740)	(195.471)	(360.271)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos distribuídos	(497.692)	(27.239)	(851.921)	(466.859)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(497.692)	(27.239)	(851.921)	(466.859)
(Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(193.957)	62.338	(165.357)	(33.747)
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro	227.414	165.076	471.004	504.751
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	33.457	227.414	305.647	471.004
(Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(193.957)	62.338	(165.357)	(33.747)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Companhia” ou “Codemge”) é uma entidade pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações e controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Estado” ou “Estado de Minas”), resultado de uma operação societária de cisão parcial da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Codemig”). Atualmente, a Codemge possui o controle acionário da Codemig e possui participação minoritária em diversas empresas (vide rol completo na nota 2.3(c)), sendo que até 29 de fevereiro de 2020 possuía também controle acionário da Codemge Participações – CODEPAR (“Codepar”), empresa incorporada pela Codemge conforme nota 1 (f), e este conglomerado de participações correspondem ao Grupo Econômico da Codemge (“Grupo”), o qual está apresentado nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O Estado de Minas Gerais é também acionista direto na Codemig, com 49% de participação, de modo que não há acionistas minoritários na consolidação do Grupo. Sendo assim, onde se lê “Participação dos não controladores”, entenda que refere-se a participação do Estado na Codemig e não a outros minoritários.

(a) Cisão da Codemig e criação da Codemge

Em 19 de dezembro de 2017, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.827/2017 que autorizou o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a transformar a Codemig em sociedade de economia mista. O Projeto de Lei foi sancionado pelo Governador do Estado em 3 de janeiro de 2018, sendo transformado na Lei 22.828/2018. Em seguida, foram desencadeados diversos procedimentos internos da Codemig com a finalidade de promover a abertura de seu capital. A Lei 22.828/2018 determinou, ainda, que o Estado mantenha sob seu poder, no mínimo, 51% do capital votante da Codemig, não podendo, portanto, transferir seu controle acionário sem autorização legislativa. Sendo assim, se efetivada a abertura de capital, a Codemig se transformaria em uma sociedade de economia mista, anônima, de capital aberto.

A partir desse interesse, com fins de obter um maior retorno no valor das ações na sua oferta pública inicial de ações – IPO (sigla em inglês para “*Initial Public Offer*”), em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de janeiro de 2018, retificada e ratificada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, os acionistas da Codemig decidiram pela realização de reorganização societária através de cisão parcial (“Cisão”), quando então foi criada a Codemge na qual foram incorporados o acervo líquido cindido com a substancialidade do patrimônio da Codemig na data da cisão. A Codemge é a empresa responsável pela continuidade dos negócios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig. A cisão teve como principais objetivos:

- (i) dissociar o negócio de nióbio e seu patrimônio adjacente das demais atividades executadas pela Codemig antes da Cisão;
- (ii) apresentar aos acionistas da Codemig resultado e fluxo de caixa livres das aplicações usuais realizadas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; e
- (iii) simplificar a estrutura de negócio da Codemig, visando facilitar a apresentação da empresa ao mercado, no âmbito de sua abertura de capital.

Desde a cisão, a Codemig tem como atividade principal o recebimento dos fluxos de caixa advindos de sua participação na SCP com a CBMM (nota 1.(c)) e atividades vinculadas às Escritura Pública de constituição da SCP, e após o levantamento de balancetes mensais para a apuração do lucro do exercício, tem o objetivo de distribuir lucros por meio de dividendos intercalares mensais. A Codemge, portanto,

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

continuará a operar as atividades para desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig – antes da cisão – substancialmente com os recursos encaminhados mensalmente pela Codemig em formato de dividendos ou juros sobre capital próprio e complementarmente com os demais recursos gerados pelos seus investimentos e operações.

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Codemig estão sendo questionadas judicialmente pela sociedade civil e pelo Ministério Público de Minas Gerais (“MPMG”) e administrativamente pelo Ministério Público de Contas (“MPC”) junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”). O Estado de Minas Gerais também foi acionado em ambas esferas, judicial e administrativa, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). A administração do Grupo monitora de perto o andamento de tais processos.

(b) Objeto social

A Codemge tem por objeto social: promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

Visando atingir o seu objeto social, a Codemge está autorizada a atuar de forma à: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação e ao funcionamento de indústrias, empresas, ou atividades correlacionadas, respeitando os planos diretores; (ix) participar em empresas privadas dos setores minero siderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) desenvolver empreendimentos, cujas atividades incorporem novas tecnologias; (xii) contratar parceria público-privada, na forma da legislação pertinente; (xiii) proteger e preservar mananciais em estâncias minerais de que detenha a concessão; (xiv) construir e administrar, direta ou indiretamente, prédios e instalações relacionados com hotelaria e turismo, bem como promover programas, projetos e ações de apoio e incentivo ao turismo no Estado de Minas Gerais; (xv) realizar a gestão patrimonial dos bens imóveis do Estado de Minas Gerais, em conformidade com os convênios firmados em cada caso; (xvi) realizar operações visando o desenvolvimento de projetos e empreendimentos de empresas privadas com importância e relevância para a economia do Estado; (xvii) efetuar operação de captação de recursos financeiros no mercado interno ou internacional.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Embora a Codemig mantenha em seu objeto social o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, de acordo com a lei estadual 23.477/19, a Codemge possui prioridade na execução das atividades desenvolvidas elencadas acima, exceto por autorização legislativa e aprovação unânime dos acionistas da Codemig. Mais informações sobre a referida lei estadual na nota 1 (d).

(c) Sociedade em Conta de Participação da Codemig com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

O Grupo apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários de nióbio detidos pela Codemig no município de Araxá – MG.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. A Codemig, como “sócio participante”, recebe mensalmente o montante equivalente a 25% dos resultados da SCP.

Os “sócios participantes” integrantes, que não o “sócio ostensivo”, não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante ao sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos do Grupo, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber. Conforme definido em Escritura Pública, após a apuração do resultado contábil da SCP são feitos ajustes para determinação do montante que será recebido mensalmente pela Codemig como a distribuição de sua participação no resultado. Os ajustes realizados que impactarem a distribuição mensal dos resultados à Codemig são registrados como ativos ou passivos do Grupo contra a CBMM, conforme sua natureza.

Um relevante efeito patrimonial decorre da determinação de que a SCP distribua seus resultados sem considerar o impacto de imposto de renda e contribuição social registrados conforme a sua competência, mas sim conforme seu impacto de caixa (antecipações mensais). Dessa maneira a Codemig, usualmente, recebe da SCP mais recurso do que seu resultado contábil apurado. Conforme a Escritura Pública, a Codemig deverá devolver a parcela adicional recebida decorrente desses efeitos de tributação no momento em que a SCP é requerida a pagar os tributos sobre o lucro apurados no ajuste anual pelo lucro real (atualmente em janeiro do exercício subsequente à apuração).

Como efeito da devolução de recursos recebidos da SCP que acima do seu resultado por competência - decorrentes do imposto de renda e contribuição social da SCP não antecipados - a Codemig resgatou diversas aplicações para liquidar esse saldo de contas a pagar em aberto com a CBMM. Em janeiro de 2021 foram devolvidos à CBMM R\$349.749 para quitação do IR/CS da SCP de 2020 (R\$480.674 em janeiro 2020 para a quitação do IR/CS da SCP de 2019), conseqüentemente reduzindo seu caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de alta liquidez.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA, para qual Codemig e CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e tem prazo de

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

vigência contratual de 30 anos, renováveis por outros 30. Em 2002 houve uma primeira renovação, que se encontra atualmente em vigor, e portanto sua vigência vai até 2032.

(d) Cessão dos direitos creditórios do Estado de MG sobre os dividendos da Codemig e projeto de lei de privatização da Codemig

Em outubro de 2019 o Governo de Minas encaminhou à Assembleia Legislativa de Minas Gerais dois Projetos de Lei (“PL”) que abordam assuntos relativos à Codemig: o PL 1.203/19, que trata da desestatização da Codemig; e o PL 1.205/19, que dispõe sobre a cessão onerosa de direitos creditórios de titularidade do Estado de Minas Gerais em caráter definitivo oriundos da Codemig à terceiros, que por sua vez foi aprovado na forma da lei estadual 23.477/2019. As possibilidades de crédito advindos da Codemig enumeradas pela lei foram dividendos e juros sobre capital próprio devidos ao Estado de Minas Gerais, em decorrência de sua posição de titular de 49% do seu capital social. A lei limitou o prazo de cessão dos direitos creditórios até 31 de dezembro de 2032 e isenta o Estado de Minas Gerais de qualquer responsabilidade ou coobrigação pela solvência dos direitos creditórios a serem cedidos ou dos devedores de tais direitos. Ainda é importante salientar que a lei determinou que o quadro societário da Codemig não poderá alterar, até 31 de dezembro de 2032, mantendo a participação do Estado em 49% e da Codemge de 51%, bem como a manutenção dos fluxos de recursos oriundos dos direitos creditórios na mesma proporção da participação societária. Além disso, reforçando o ato de cisão ocorrido em 2018, essa mesma lei determinou que a Codemge tem prioridade na assunção das atividades de desenvolvimento econômico em detrimento da Codemig, uma vez que ambas possuem o mesmo objeto social, e que a Codemig somente poderá executar atividades fora do negócio de nióbio com aprovação legislativa e com a anuência de ambos os sócios (Estado e Codemge).

Depois de avaliar as alternativas de captação de recursos, o Estado de Minas Gerais optou por estruturação mediante oferta de cotas de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado – FIDC-NP, a qual será o detentor de direitos creditórios representados pelos dividendos e juros sobre capital próprio aos quais o Estado de Minas Gerais faz jus pelas ações preferenciais que detém (49% do total de ações preferenciais).

Desta forma, transferido o direito de receber o valor correspondente a tais dividendos, a Codemig passa a ser devedora em relação aos dividendos de tais ações preferenciais não mais do Estado de Minas Gerais (cedente), mas ao FIDC-NP (cessionário).

A inclusão da Codemig como anuente nesse futuro Contrato de Cessão de Direitos Creditórios é necessária para garantir ao mercado que os dividendos serão pagos ao investidor. Até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, a operação não havia sido concluída pelo Estado de Minas Gerais.

Conversão de ações ordinárias em preferenciais para a melhor segregação do direito creditório

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em janeiro de 2020 foram convertidas o montante de 180.433 ações ordinárias da Codemig em ações preferenciais, dentro do limite de 50% do total de ações da investida, nos termos do art. 15, §2º, da Lei 6.404/76, divididas entre os acionistas na proporção de sua participação, perfazendo a conversão de 92.021 ações ordinárias para preferenciais da acionista Codemge e 88.412 do acionista Estado de Minas Gerais.

As ações preferenciais convertidas são nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem direito a voto, exceto quanto às seguintes matérias: (i) transformação, incorporação, incorporação de ações, fusão ou cisão da Codemig; (ii) mudança do objeto social da Codemig; (iii) aprovação e revisão da política de

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

distribuição de dividendos da Codemig, desde que respeitado o direito ao dividendo prioritário atribuído aos detentores de ações preferenciais na forma prevista neste estatuto social; (iv) mudança no modo de distribuição de dividendos previsto no estatuto social da Codemig, desde que respeitado o direito ao dividendo prioritário atribuído aos detentores de ações preferenciais na forma prevista no estatuto social; e (v) qualquer alteração do estatuto social que afete os direitos de voto previstos nos itens acima mencionados.

Tais ações remuneram dividendo preferencial fixo no montante de 25% do resultado contábil apurado pela SCP, da qual a CBMM é sócia junto à Codemig. Ou seja, atualmente os dividendos preferenciais tem direito à 100% do resultado da SCP correspondente à participação da Codemig e possui prioridade de pagamento, se comparado ao dividendo das ações ordinárias, limitado ao lucro líquido da Codemig.

Após tais alterações, os dividendos vinculados às ações ordinárias mantiveram o percentual de 70% como dividendo obrigatório mas teve alterada sua base de cálculo, sendo ela agora o lucro líquido do exercício após as deduções legais e o pagamento do dividendo prioritário aos detentores de ações preferenciais.

(e) Política Estadual de Desestatização – PED

Em 27 de novembro de 2019 foi publicado pelo Governo de Minas Gerais o Decreto nº 47.766, que institui a Política Estadual de Desestatização (PED). O objetivo principal é concentrar a atuação do Estado em atividades de relevante interesse coletivo, buscando a reestruturação do setor público e o equilíbrio fiscal. Ou seja, transferindo atividades antes controladas direta ou indiretamente pelo Estado para a iniciativa privada.

O decreto estabelece como objeto de desestatização, além de outros, empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado, como é o caso da Codemge e da Codemig. Cita também as modalidades de desestatização, sendo elas: privatização, desinvestimento, desmobilização de ativos e delegação.

Com a publicação, foi criado o Conselho Mineiro de Desestatização (CMD), composto pelo vice-governador, os secretários de Estado de Desenvolvimento Econômico, de Governo, de Fazenda, de Planejamento e Gestão, de Infraestrutura e Mobilidade e o consultor-geral de Técnica Legislativa. O objetivo do Conselho é recomendar ao Governador projetos para integrar ao PED, bem como definir prioridades e o planejamento para viabilizar as desestatizações.

De acordo com o decreto, as empresas públicas e as sociedades de economia mista controladas pelo Estado, incluídas na PED, terão sua estratégia voltada para atender aos objetivos da desestatização. Desse modo, o Grupo empenha-se em organizar as operações da Codemge e Codemig em atendimento ao PED e às diretrizes do CMD, embora nenhuma medida de descontinuidade de operações tenha sido aprovada ou esteja planejada na data de emissão dessas demonstrações financeiras.

(f) Incorporação CODEPAR

Em 2020 houve uma reorganização societária em que a Codemge incorporou sua subsidiária integral, a Codepar, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação, aprovado em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 31 de janeiro de 2020 e Assembleia Geral de ambas as companhias realizadas em 18 de fevereiro de 2020. Foram incorporados todos os elementos ativos e passivos da Codepar, além de suas atividades operacionais pela Codemge.

A incorporação faz parte de um processo de reorganização, por meio da consolidação das atividades da Codepar na Codemge, cujos objetivos foram a simplificação e racionalização da estrutura societária e

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

operacional do Grupo, bem como a redução de custos financeiros, operacionais, logísticos e de manutenção de sistemas.

Considerando que a Codepar era uma subsidiária integral controlada pela Codemge e de que se trata de uma reorganização societária entre empresas de controle comum, não houve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sem qualquer impacto financeiro para o Grupo ou no capital social da Codemge.

O acervo líquido da Codepar incorporado à Codemge na data da efetivação da incorporação contábil está composto como abaixo:

Ativo	29/02/2020	Passivo	29/02/2020
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	60	Tributos a recolher	48
Dividendos e JCP a receber	4.755		
Impostos e contribuições a recuperar	28	Total do passivo circulante	48
Total do ativo circulante	4.843	Não circulante	
Não circulante		Contas a pagar	711
Títulos e valores mobiliários	14.592	Total do passivo não circulante	711
Impostos e contribuições a recuperar	416	Patrimônio líquido	
Instrumentos financeiros patrimoniais	120.059	Capital social	387.057
Investimentos	231.024	Ajustes de avaliação patrimonial	17.436
Imobilizado	484	Prejuízos acumulados	(33.834)
Total do ativo não circulante	366.575	Total do patrimônio líquido	370.659
Total do ativo	371.418	Total do passivo e patrimônio líquido	371.418

(g) Covid-19

A administração permanece diligente no trabalho de avaliação e está trabalhando no contingenciamento orçamentário para manter a liquidez e solvência do Grupo no período de crise. O Grupo identificou os seguintes impactos no período a que se referem essas demonstrações financeiras:

(i) Nióbio

O Grupo identificou um impacto negativo no resultado da SCP derivado da queda das receitas e de efeitos cambiais. No exercício de 2020, a forte desvalorização da moeda real incrementou as receitas precificadas com base em moeda estrangeira na proporção do aumento do valor do câmbio, ao mesmo tempo que trouxe ao resultado da SCP despesas cambiais relevantes que reduziram em 22% seu resultado até 31 de dezembro de 2020. Além disso, embora incrementadas pela desvalorização da moeda brasileira, as receitas da SCP se depreciaram em 20% no exercício de 2020 comparativamente às receitas do exercício anterior.

(ii) Demais operações

Para as atividades do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro (TERGIP) foi observada a efetivação de apenas 56% das receitas esperadas para o exercício, enquanto para os ativos geridos e arrendados do Grupo vinculados à área de hotelaria, turismo e eventos tiveram a suspensão de suas atividades por determinação legislativa. Derivado dessa paralisação, os contratos de arrendamento foram aditivados para adequar à suspensão parcial das obrigações dos arrendatários – com a suspensão

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

integral do pagamento de aluguel – de maneira que não houve registro de receitas no 2º trimestre para a substancialidade das atividades derivadas desses ativos, tendo o seu retorno gradual das atividades a partir de julho de 2020.

(iii) *Colaboradores*

Seguindo as primeiras recomendações da Organização Mundial de Saúde, do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais quanto às medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento à pandemia de covid-19, a administração da Codemge deliberou uma série de medidas, dentre elas a “adoção de regime especial de teletrabalho aos funcionários” ainda em 17 de março de 2020. A Companhia realiza o monitoramento semanal dos cenários externos, de forma a viabilizar nova tomada de decisão em momento oportuno.

(h) **Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Codemge foi aprovada pela administração da Companhia em 30 de março de 2021.

2 **Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, a orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade.

As demonstrações financeiras compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 2.5.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, em alguns casos, certos ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o período de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas notas 2.6 e 2.7.

A administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem o Grupo. Considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais, logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

(a) **Operações descontinuadas: Conclusão Projeto Voe Minas Gerais**

O Voe Minas Gerais, Projeto de Integração Regional – Modal Aéreo, foi uma iniciativa do Governo do Estado, por meio da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) em parceria com a

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA (à época SETOP), lançada em agosto de 2016. O projeto oferecia voos entre Belo Horizonte e cidades do interior do Estado com o objetivo de fomentar os negócios regionais, desenvolver o turismo e permitir acesso rápido a eventos e serviços. As viagens eram realizadas em aviões de pequeno porte, modelo Cessna Grand Caravan 208 B, homologados pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para o transporte de até nove passageiros.

O Voe Minas Gerais foi descontinuado pela Codemge a partir de 30 de junho de 2019 após uma avaliação dos projetos em andamento, buscando melhorias e o adequado atendimento ao povo mineiro. A decisão pelo encerramento da iniciativa levou vários fatores em consideração na análise, entre eles a realidade financeira atual do Estado e o valor de subsídio demandado pelo projeto para sua operação.

O resultado do projeto nas demonstrações em análise está apresentado a seguir:

Demonstração do resultado	2019
Receita líquida	2.620
Custo dos serviços prestados	<u>(6.635)</u>
Lucro bruto	(4.015)
Receitas (despesas) operacionais	
Despesas gerais e administrativas	<u>(239)</u>
	<u>(239)</u>
Lucro antes do resultado financeiro	<u>(4.254)</u>
Resultado financeiro	
Receitas financeiras	137
Despesas financeiras	<u>(28)</u>
	<u>109</u>
Prejuízo do exercício	<u><u>(4.145)</u></u>

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas entraram em vigor no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8/CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”
- Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 “Combinação de Negócios”
- Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - “Instrumentos Financeiros”
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros
- Benefícios Relacionados à pandemia de covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) “Arrendamentos”

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e
- a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- o acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- direitos originados de acordos contratuais; e
- os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

<u>Controladas</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>% participação</u>	
		<u>2020</u>	<u>2019</u>
CODEMIG – Cia Desenvolvimento Econômico de MG	Invest.na SCP com CBMM	51	51
CODEPAR – Codemge Participações	Invest. em parcerias de desenvolvimento	(i)	100

(i) Incorporada à CODEMGE em março de 2020.

2.3 Investimentos

(a) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos do Grupo em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e as coligadas são eliminados em proporção à participação na respectiva coligada.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Independentemente disso, a defasagem máxima entre as datas de encerramento das demonstrações da coligada e do Grupo não será superior a dois meses.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento do Grupo em suas coligadas. O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica “Resultado com participações societárias”, na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ágio

O ágio (*goodwill*) resulta da aquisição de participação em coligadas e representa o excesso da contraprestação transferida se comparado à participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida. Caso o total da contraprestação transferida seja menor do que a participação no valor justo dos ativos líquidos da coligada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(c) Quadro resumo das controladas e coligadas e participações

Nos períodos apresentados o Grupo detinha participação nos seguintes investimentos:

Investidas (nota 14.2)	Principal atividade	% participação	
		2020	2019
Controladas			
CODEMIG – Cia Desenvolvimento Econômico de MG	Invest.na SCP com CBMM	51	51
CODEPAR – Codemge Participações	Invest. em parcerias de desenvolvimento	(i)	100
Coligadas			
COMIPA – Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio	51	51
IAS – Indústria de Aviação e Serviços	Mecânica aeroespacial	15	15
Helibrás – Helicópteros do Brasil	Aeroespacial	16	16
Datora Participações	Telecomunicações	23	23
Biotech Town	Biotecnologia	49	49
Companhia Brasileira de Lítio – CBL	Mineração de lítio e produção de compostos químicos	33	33
SCP Água Mineral	Envase e comercialização de água mineral	50	50

(i) Incorporada à CODEMGE em março de 2020.

Instrumentos financeiros patrimoniais (nota 14.1)	Principal atividade	% participação	
		2020	2019
BDMG	Banco de desenvolvimento controlado pelo Governo de Minas Gerais	8	9
FIP Aerotec	Aeroespacial e manufaturas aditivas e avançadas	91	91
FIP Seed4Science	Capital semente em biotecnologia, nanotecnologia, internet das coisas e materiais avançados	9	10
FIP Biotec	Biotecnologia e ciências da vida	61	74
Funcine	Indústria cinematográfica	100	95

2.4 Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.5 Resumo das principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

(b.1) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

(b.2) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA ou valor justo por meio do resultado - VJR.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao VJR.

Além disso, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(b.3) Redução ao valor recuperável

O Grupo aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

O monitoramento do risco de crédito dos clientes é efetuado trimestralmente considerando opinião de empresas especializadas sobre as áreas de atuação do Grupo, dados históricos e avaliação do desempenho financeiro de clientes, principalmente a SCP. Considerando a CBMM como seu principal cliente, ressalta-se que tal avaliação não registrou qualquer saldo de perdas esperadas do contas a receber junto a CBMM. Para os demais contas a receber, o Grupo avaliou, por meio das metodologias de avaliação disponíveis retro mencionadas, e registrou um *impairment* do contas a receber de R\$13.080, dos quais R\$8.885 já estavam reconhecidos pela Codemig anteriormente à Cisão. Outros detalhes sobre o cálculo da estimativa estão na nota 2.5 (b) e na nota 7.

No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de *impairment* do IFRS 9 / CPC 48, a perda de valor recuperável identificada foi imaterial.

(c) Estoque de imóveis a comercializar

Representam terrenos e edificações com intenção de venda pelo Grupo. Estão registrados pelo seu custo de aquisição e na medida em que são alienados compõem o resultado nos custos de imóveis vendidos na parcela do custo que foi alienada. Tais ativos são representados substancialmente pelos distritos industriais advindos da incorporação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI no momento de criação da Codemig, e posteriormente cindidos da Codemig na criação da Codemge.

São avaliados ao custo histórico ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão, se em andamento, e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A política de provisão para redução ao valor recuperável considera a intenção da administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Quando não há intenção de comercialização, o valor contábil do ativo é integralmente provisionado para perda. Somente há reversão do valor provisionado quando é realizada venda ou doação pelo Grupo.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Depósito judicial

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura. O Grupo por possuir depósitos judiciais vinculados à aquisição de ativos (processos de desapropriação), não atualiza o saldo da substancialidade dos depósitos judiciais considerando que, de maneira que na hipótese de aquisição do ativo, o valor do custo de aquisição seja o custo histórico (desembolso efetivo). Os demais depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

(e) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis do Grupo são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa o valor contábil líquido dos ativos em conformidade com a política do Grupo, podendo ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na sua mensuração. Anualmente é feita uma avaliação interna do Grupo, como determinado pela sua política, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o Grupo revisa o valor recuperável do ativo individual ou da unidade geradora de caixa que tal ativo faz parte, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital do Grupo. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

(i) *Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente, com periodicidade específica à cada investimento, ou quando circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(ii) *Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, realizado em época do ano específica à cada ativo, mas no mesmo período do

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ano anterior, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(g) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis quando aplicável, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos conforme a seguir apresentado:

Prédios e benfeitorias	26 a 80 anos
Equipamentos operacionais	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos em conformidade com a política do Grupo, e pode ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na vida útil do bem. Havendo alteração da vida útil está é ajustada de forma prospectiva.

(h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento reconhecidos como ativo, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (a) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (b) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (c) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (d) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (e) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

(i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo: (i) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. As principais provisões reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia são suas contingências.

(j) Benefícios pós-aposentadoria

O Grupo patrocina o plano CODEMIG PREV, administrado e executado pela Fundação Libertas de Seguridade Social – LIBERTAS, estruturado na modalidade de contribuição definida, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios do Grupo. O referido plano foi aprovado pelo órgão governamental competente em 01 de outubro de 2013, tendo seu início operacional ocorrido em 01 de novembro de 2013.

Todos os benefícios oferecidos pelo plano CODEMIG PREV estão estritamente ligados ao saldo de contas acumulado pelo participante, em virtude das contribuições vertidas por estes e pela Codemge (patrocinadora).

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tendo em vista que a modalidade do plano de benefícios é contribuição definida, o reconhecimento da obrigação deste plano é direto, não sendo necessário realizar cálculos, devendo as contribuições realizadas no exercício serem reconhecidas como despesas com pessoal. O valor que o Grupo contribuiu para o plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$2.600 (R\$2.277 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019). As contribuições do Grupo para planos de benefícios de contribuição definida são debitadas à demonstração de resultados no período a que as contribuições se referem.

(k) Reconhecimento de receita

A receita, após adoção do IFRS 15/CPC 47, é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, o Grupo adotou os seguintes procedimentos:

- (a) identificação do contrato com o cliente;
- (b) identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- (c) determinação do preço da transação;
- (d) alocação do preço da transação; e por fim,
- (e) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

Participação na SCP com a CBMM

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Codemig e a CBMM, quando o direito da Codemig de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado pela CBMM, sócia ostensiva da SCP, o que ocorre usualmente em bases mensais.

O contrato que constitui a SCP ainda determina que o pagamento dos tributos sobre o lucro ocorra apenas no momento da sua exigibilidade, que é pago em sua substancialidade pela CBMM em janeiro do exercício seguinte a sua apuração. A fim de fazer a representação fidedigna do resultado da SCP os tributos sobre o lucro da SCP são reconhecidos no momento em que incorrem, e reduzem o valor da receita bruta da SCP. Para conciliação da receita da SCP e seus tributos incidentes na SCP, vide nota 24.

(l) Tributos sobre a renda

(i) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

(ii) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributo diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

O Grupo, na revisão de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de sucessivos prejuízos fiscais, entende que existem riscos relevantes de não materialização de um cenário de reversão da situação fiscal no curto prazo, de maneira que a administração não acredita que esse cenário se concretize. Por consequência, o ativo gerado de tal benefício fiscal não se encontra apresentado em suas demonstrações.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota dos tributos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias (e lei tributária) em vigor na data do balanço.

(m) Arrendamentos

O grupo avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se o contrato transfere o direito de controle ao arrendatário, é necessário que durante todo o período de uso, tenha:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso dos ativos identificados;
- O direito de direcionar o uso dos ativos identificados.

Identificado o arrendamento, é reconhecido o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento.

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data em que o ativo está disponível para uso. Os ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova avaliação nos valores dos passivos de arrendamento. A depreciação é calculada com base no método linear pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

O Grupo reconhece os passivos do arrendamento mensurados a valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o período do contrato. Devido a impossibilidade de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seu contrato de arrendamento, a taxa incremental sobre o “empréstimo do arrendatário” é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A nota 18 apresenta informações específicas sobre o contrato.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(n) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e, também, sua moeda de apresentação.

2.6 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstradas a seguir:

(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de empresas contratadas e especialistas do Grupo, que são revisados regularmente. A administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

(b) Custos de desenvolvimento

Custos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a prática contábil descrita na nota 2.5 (h). A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios. Em 31 de dezembro de 2020, o valor contábil dos custos de desenvolvimento capitalizados era de R\$35.287 (R\$26.707 em 31 de dezembro de 2019). Vide nota 16.

(c) Provisões para riscos litigiosos

O Grupo reconhece provisão para causas litigiosas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquias das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos especialistas internos e externos.

(d) Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

O reconhecimento do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em coligadas está em consonância com a nota 2.3 (b). Atualmente, todo o saldo de ágio registrado diz respeito à aquisição da investida Datora Participações S.A. em dezembro de 2019. A metodologia utilizada para o teste de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. O teste consiste na análise da rentabilidade do investimento, avaliando os resultados apurados da investida e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração da coligada.

Foram consideradas como premissas-chaves as projeções fornecidas pela investida sobre a expansão de mercados de telecomunicação móvel e fixa, crescimento da demanda do mercado interno e externo, crescimento dos custos fixos e variáveis, levando em consideração também possíveis impactos cambiais,

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

além de projeções de necessidade de capital de giro e investimento pelo prazo de cinco anos. Essas premissas relativas às projeções operacionais refletem as perspectivas da própria investida.

Na avaliação do valor em uso da referida unidade geradora de caixa adotou-se a abordagem de fluxo de caixa esperado, considerando ser uma ferramenta mais eficaz que enfoca nas premissas utilizadas na mensuração e propriamente na análise das projeções dos fluxos de caixa esperados.

O prazo utilizado para estimar os fluxos de caixa esperados foi de 5 anos e está alinhado com as projeções e orçamentos utilizados pela própria investida. Foi considerado um crescimento médio das receitas de 3,07%, um crescimento médio dos custos de 4,59% e ainda um crescimento médio das despesas de 6,78% pelo período analisado. Não foi considerado crescimento na perpetuidade. A taxa de desconto real utilizada foi de 7,62%.

As demais investidas foram submetidas a testes de recuperabilidade de ativos, considerando os possíveis impactos da pandemia de covid-19 no qual não registrou-se *impairment*. Vale ressaltar que as demais investidas não possuem saldo de ágio. Vide nota 14.2.

(e) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

O reconhecimento do arrendamento está em consonância com a nota 2.3 (m). O Grupo utiliza a taxa de empréstimo incremental do Grupo de 10,71%, na data de início do contrato.

2.7 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

(a) Tributos diferidos

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

Em 31 de dezembro de 2020, após apurar novo prejuízo fiscal, a Companhia conta com um prejuízo fiscal acumulado de R\$457.338 (R\$327.708 em 31 de dezembro de 2019) e base negativa acumulada de R\$457.338 (R\$327.708 em 31 de dezembro de 2019). O Grupo apresenta saldo de prejuízo fiscal acumulado de R\$1.089.333 (R\$955.104 em 31 de dezembro de 2019) e saldo consolidado de base negativa acumulada de R\$1.096.301 (R\$961.572 em 31 de dezembro de 2019). Caso o Grupo tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% do prejuízo fiscal e da base negativa acumulados na data do reconhecimento, limitado a 30% dos lucros fiscais esperados, conforme regra do benefício fiscal vigente.

Dessa maneira a administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos.

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia. No julgamento da administração, avaliando suas despesas tributáveis atuais, foram identificados riscos que não garantem uma expectativa de lucros tributáveis futuros.

(b) Avaliação do risco de crédito da CBMM

Baseado em relatório de especialistas de crédito, no histórico de 47 anos do contrato de SCP com a CBMM e no desempenho financeiro recente da SCP, a administração julgou que o risco de crédito do contas a receber é irrelevante e conseqüentemente, embora entenda que conceitualmente o saldo de *impairment* devesse apresentar uma perda estimada nos termos do IFRS 9 / CPC 48, a perda a ser registrada é imaterial no contexto destas demonstrações financeiras.

3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O Grupo não aplica seus recursos em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco.

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Controladora				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2020					
Contas a pagar	2.034	-	-	-	2.034
Contas a pagar com partes relacionadas	12.846	12.385	37.155	-	62.386
Adiantamentos e cauções recebidos	3.315	-	-	-	3.315
Operações de arrendamento mercantil	442	1.542	4.991	8.574	15.549
Em 31 de dezembro de 2019					
Contas a pagar	3.001	-	-	-	3.001
Contas a pagar com partes relacionadas	19.511	19.511	49.539	-	88.561
Adiantamentos e cauções recebidos	1.962	6	-	-	1.968
Dividendos a pagar	69.116	-	-	-	69.116
	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2020					
Contas a pagar	393.883	48.474	68.581	21.360	532.298
Adiantamentos e cauções recebidos	10.334	12.385	111.005	51.666	185.390
Operações de arrendamento mercantil	442	1.542	4.991	8.574	15.549
Dividendos a pagar	110.273	-	-	-	110.273
Em 31 de dezembro de 2019					
Contas a pagar	544.300	18.437	24.525	-	587.262
Adiantamentos e cauções recebidos	21.480	19.517	97.557	77.499	216.053
Dividendos a pagar	95.114	-	-	-	95.114

(b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos do Grupo é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber desde a constituição da Codemig derivados dessa operação. Os acordos firmados com a CBMM vêm sendo honrados integralmente e tempestivamente.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que a maioria das aplicações é de liquidez diária e estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, no julgamento da administração, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação do Grupo considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco e sem carência ou com prazo de carência curto, tendo em vista o perfil de investimento conservador do Grupo e sua necessidade de liquidez.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco cambial

O Grupo não possui operações, ativos ou passivos em moeda estrangeira, e por consequência, não está exposta ao câmbio e suas oscilações. A SCP, por sua vez, possui operações em moeda estrangeira e seus impactos de câmbio impactam o Grupo eventualmente através do reconhecimento da equivalência patrimonial da SCP na Codemig. As regras de distribuição do resultado da SCP desconsideram o efeito de variação cambial e seus efeitos serão refletidos na distribuição apenas na liquidação dos ativos e passivos em moeda estrangeira pela SCP.

3.1 Estimativa do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração. Atualmente o Grupo não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria;
- informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Mais informações sobre os ativos estão disponíveis na nota 14.1.

	31 de dezembro de 2020					
	Controladora			Consolidado		
	Nível 2	Nível 3	Saldo total	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo						
VJR						
Títulos e valores mobiliários	13.513	-	13.513	209.935	-	209.935
VJORA						
BDMG	-	176.693	176.693	-	176.693	176.693
Bônus de subscrição OXIS BR	-	1.668	1.668	-	1.668	1.668
FIP Aerotec	163.878	-	163.878	163.878	-	163.878
FIP Seed4Science	371	-	371	371	-	371
FUNCINE	4.795	-	4.795	4.795	-	4.795
FIP Biotec	13.981	-	13.981	13.981	-	13.981
Total do ativo	196.538	178.361	374.899	392.960	178.361	571.321

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2019					
	Controladora			Consolidado		
	Nível 2	Nível 3	Saldo total	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo						
VJR						
Títulos e valores mobiliários	144.094	-	144.094	542.812	-	542.812
VJORA						
BDMG	-	176.249	176.249	-	176.249	176.249
FIP Aerotec	-	-	-	106.279	-	106.279
FIP Seed4Science	-	-	-	2	-	2
FUNCINE	-	-	-	4.905	-	4.905
FIP Biotec	-	-	-	12.460	-	12.460
Total do ativo	144.094	176.249	320.343	666.458	176.249	842.707

4 Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos				
Custo amortizado				
Equivalentes de caixa	30.694	225.140	301.458	467.880
Títulos e valores mobiliários	41.613	53.219	368.450	237.679
Contas a receber	19.948	17.577	139.058	131.959
Contas a receber com partes relacionadas	689	819	-	-
Dividendos e JCP a receber	117.430	27.060	5.499	669
	210.374	323.815	814.465	838.187
VJR				
Títulos e valores mobiliários	13.513	144.094	209.935	542.812
	13.513	144.094	209.935	542.812
VJORA				
BDMG	176.693	176.249	176.693	176.249
Bônus de subscrição OXIS BR	1.668	-	1.668	-
FIP Aerotec	163.878	-	163.878	106.279
FIP Seed4Science	371	-	371	2
FUNCINE	4.795	-	4.795	4.905
FIP Biotec	13.981	-	13.981	12.460
	361.386	176.249	361.386	299.895
Total de instrumentos financeiros ativos	585.273	644.158	1.385.786	1.680.894
Passivos				
Custo amortizado				
Contas a pagar	2.034	3.001	532.298	590.139
Operações de arrendamento mercantil	15.549	-	15.549	-
Contas a pagar com partes relacionadas	62.386	88.561	-	-
Adiantamentos e cauções recebidas	3.315	1.968	185.390	216.053
Dividendos a pagar	-	69.116	110.273	95.114
Total de instrumentos financeiros passivos	83.284	162.646	843.510	901.306

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos (conta movimento)	2.763	2.274	4.189	3.124
Certificados de depósitos bancários – CDB	30.694	225.140	301.458	467.880
	<u>33.457</u>	<u>227.414</u>	<u>305.647</u>	<u>471.004</u>

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário ou operações compromissadas, com liquidez imediata, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor, sendo consideradas, portanto, equivalentes de caixa. O Grupo possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade.

Estes instrumentos tiveram com remuneração média 104,15% e 96,18% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), individual e consolidado, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (100,98% e 101,28% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

6 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aplicações financeiras em CDB (i)	-	41.163	88.635	155.573
Fundos de investimento (ii)	13.513	144.094	209.935	542.812
Letras financeiras (iii)	10.258	12.056	220.257	51.987
Debêntures (iv)	21.190	-	37.031	30.119
DPGE (v)	10.165	-	22.527	-
	<u>55.126</u>	<u>197.313</u>	<u>578.385</u>	<u>780.491</u>
Circulante	13.598	197.313	290.909	679.960
Não circulante	41.528	-	287.476	100.531
	<u>55.126</u>	<u>197.313</u>	<u>578.385</u>	<u>780.491</u>

- (i) Aplicações financeiras do Grupo em CDB com carência de 3 a 20 meses e remuneração média de 123,99% do CDI no consolidado (106,01% e 105,89%, individual e consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2019). A gestão de caixa do Grupo busca compatibilizar a necessidade de liquidez da empresa e oportunidades de aplicações com maiores rendimentos.
- (ii) Os fundos de investimento do Grupo se constituem como parte de seus ativos financeiros disponíveis em tesouraria. Os fundos em que são aplicados tais recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A rentabilidade média acumulada dos últimos 12 meses obtida pelos fundos aplicados foi de 86,32% e 87,12% do CDI, individual e consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2020 e para os fundos presentes na carteira em 31 de dezembro de 2019 a rentabilidade foi de 102,16 e 103,19% do CDI, individual e consolidado respectivamente.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) As letras financeiras aplicadas pelo grupo são remuneradas ao ano da seguinte maneira:

	Intervalo de remuneração		Saldos aplicados em			
			Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
CDI	105,80% e 162%	102% e 125%	-	12.056	93.273	47.955
CDI +	CDI+0,60 e CDI+1,80	CDI+0,60	10.258	-	60.422	4.032
Pré-fixado	3,94% e 7,92%	-	-	-	66.562	-
			<u>10.258</u>	<u>12.056</u>	<u>220.257</u>	<u>51.987</u>

(iv) A seguir a abertura das debêntures por emissor:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
CEMIG	-	-	10.873	10.586
COPASA	5.493	-	10.461	5.033
BiotechTown	15.697	-	15.697	14.500
	<u>21.190</u>	<u>-</u>	<u>37.031</u>	<u>30.119</u>
Circulante	85	-	570	181
Não circulante	21.105	-	36.461	29.938
	<u>21.190</u>	<u>-</u>	<u>37.031</u>	<u>30.119</u>

Em 2018, foram adquiridas pela Codepar debêntures do BiotechTown, remuneradas à 100% do CDI e com vencimento em 20 anos como estratégia de capitalização junto à investida. Já as aplicações da Codemig visam diversificação e melhor remuneração.

(v) A aplicação em Depósito a Prazo com Garantia Especial – DPGE da Codemge foi no valor de R\$10.000 com carência em junho de 2022 e remuneração de CDI+0,9%. Já as aplicações em DPGE da Codemig foram no montante de R\$12.000, sendo três aplicações de R\$4.000 com carência para abril de 2022 e remunerações de CDI+0,75%, IPCA+3,17% e 120% do CDI.

7 Contas a receber

As contas a receber do Grupo correspondem substancialmente aos valores a receber advindos do resultado da SCP dos últimos 30 dias à data base de apresentação desta demonstração financeira. Considerando o recebimento mensal dos resultados da SCP, o saldo do contas a receber, se comparado com exercício anterior, pode apresentar oscilações sem correlação à comparação das receitas entre os exercícios divulgados, uma vez que as bases temporais não são correlatas. Além disso, o Grupo possui também valores a receber decorrentes: de arrendamentos, da administração do terminal rodoviário Governador Israel Pinheiro, da venda de imóveis no curso normal das atividades. Recentemente o Grupo alterou sua política de pagamentos e vendeu distritos em até 48 prestações mensais. Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<u>Sociedade em Conta de Participação:</u>				
CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	-	-	119.110	114.366
<u>Outros contas a receber:</u>				
Arrendamentos e recebíveis operacionais	25.469	26.807	26.145	26.823
Contas a receber por venda de imóveis	6.226	2.589	6.226	2.589
Demais contas	-	-	657	657
	<u>31.695</u>	<u>29.396</u>	<u>152.138</u>	<u>144.435</u>
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	<u>(11.747)</u>	<u>(11.819)</u>	<u>(13.080)</u>	<u>(12.476)</u>
	<u>19.948</u>	<u>17.577</u>	<u>139.058</u>	<u>131.959</u>
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante	18.547	17.577	137.657	131.959
Não circulante	1.401	-	1.401	-
	<u>19.948</u>	<u>17.577</u>	<u>139.058</u>	<u>131.959</u>

A composição destes saldos por vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	18.841	17.748	138.036	132.130
Vencidos:				
Em até 30 dias	98	375	182	375
Entre 30 e 60 dias	87	110	166	110
Entre 60 e 90 dias	10	45	438	45
Entre 90 e 180 dias	25	61	25	61
Há mais de 180 dias	12.634	11.057	13.291	11.714
	<u>31.695</u>	<u>29.396</u>	<u>152.138</u>	<u>144.435</u>

Do montante apresentado no saldo de contas a receber, parte substancial está relacionada à participação do Grupo na SCP com a CBMM, que não apresenta nenhum histórico de inadimplência ou perda.

Levando em consideração as informações históricas sobre índices de inadimplência da Companhia e suas controladas para os demais valores de contas a receber, o crédito decorrente desses saldos a vencer também é de alta liquidez com baixo risco de perda. O prazo médio de recebimento desses valores é inferior a 30 dias.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo de perdas estimadas de contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	(11.819)	(11.606)	(12.476)	(12.263)
Reversão / (constituição)	68	(363)	(608)	(363)
Reversão por recebimento do título	4	150	4	150
Saldo final	<u>(11.747)</u>	<u>(11.819)</u>	<u>(13.080)</u>	<u>(12.476)</u>

No exercício de 2020 foi constituída perda estimada na Codemig por créditos de liquidação duvidosa de R\$676 referente aos valores a receber do Instituto Cultural Filarmônica. O contrato com o cliente é de permissão de uso, indissociável ao Contrato de Gestão nº06/20 da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, de forma não onerosa. Porém as despesas pagas pela Codemig, devem ser reembolsadas pelo permissionário.

8 Dividendos e JCP a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Dividendos a receber Codemig	114.774	27.060	-	-
Dividendos a receber Comipa	-	-	2.843	624
Dividendos a receber CBL	2.656	-	2.656	-
Juros sobre capital próprio CBL	-	-	-	45
	<u>117.430</u>	<u>27.060</u>	<u>5.499</u>	<u>669</u>

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda	19.165	16.583	31.154	25.531
Contribuição social	641	742	744	839
Tributos diferidos	-	-	-	213
Outros impostos e contribuições a recuperar	353	346	498	495
	<u>20.159</u>	<u>17.671</u>	<u>32.396</u>	<u>27.078</u>
Circulante	4.223	1.375	5.625	3.548
Não circulante	15.936	16.296	26.771	23.530
	<u>20.159</u>	<u>17.671</u>	<u>32.396</u>	<u>27.078</u>

O saldo deste grupo corresponde principalmente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras do Grupo. Pelo fato do grupo apresentar prejuízos fiscais recorrentes, os valores são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação e restituições pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Outros ativos circulantes

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Adiantamento à fornecedores	139	12.857
Demais adiantamentos	395	224
	<u>534</u>	<u>13.081</u>

11 Depósitos judiciais

Os depósitos referem-se a valores depositados em juízo em razão da desapropriação de terrenos no entorno da Cidade Administrativa além de garantir a liquidação de obrigações futuras inerentes à outros processos judiciais em andamento. Os valores são realizados na medida em que os processos judiciais transitam em julgado e possuem autorização para seu levantamento pelo judiciário ou quando acordos são homologados judicialmente.

O saldo dos depósitos judiciais efetuados está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa	10.168	10.168	10.168	10.168
Demais depósitos	5.189	382	5.213	406
	<u>15.357</u>	<u>10.550</u>	<u>15.381</u>	<u>10.574</u>

12 Estoque de imóveis a comercializar

Representam estoque de distritos industriais e de terrenos que não serão destinados para uso próprio do Grupo na consecução de seu objetivo social e, conseqüentemente, estão disponíveis para venda. A composição dos saldos por localidade está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Distritos industriais	14.154	12.685
Ribeirão das Neves	27.185	27.185
Sete Lagoas	1.713	1.713
Governador Valadares	1.095	1.095
Araxá	124	9
	<u>44.271</u>	<u>42.687</u>
Perda por redução ao valor recuperável	(11.316)	(10.801)
	<u>32.955</u>	<u>31.886</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A política de perda por redução ao valor recuperável considera a intenção da administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Quando não há intenção de comercialização dos estoques, registra-se uma perda no valor contábil do ativo. Somente há reversão da perda registrada quando realizada alienação do ativo pelo Grupo na qual seja verificado algum ganho.

13 Partes relacionadas

Os saldos e as transações do Grupo e da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		Controladora DESPESA	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Grupo econômico								
ESTADO DE MINAS GERAIS								
<i>Circulante</i>								
Dividendos a pagar	-	-	-	69.114	-	-	-	-
Doações de equipamentos e móveis	-	-	-	-	171	-	-	-
MGS								
<i>Circulante</i>								
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-	(25.015)	(26.160)
OUTROS								
Gastos com desenvolvimento (i) (nota 26)	-	-	-	-	8.818	12.780	(34.444)	(10.126)
Controladas								
CODEMIG								
<i>Circulante</i>								
Dividendos a receber (nota 8)	114.774	27.060	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	691	819	-	-	4.076	4.076	-	-
Contas a pagar (ii)	-	-	12.846	19.511	-	-	-	-
<i>Não circulante</i>								
Contas a pagar (ii)	-	-	49.540	69.050	-	-	-	-
Coligadas								
CBL								
<i>Circulante</i>								
Dividendos e JCP a receber (nota 8)	2.656	-	-	-	-	-	-	-
BIOTECH								
<i>Não circulante</i>								
Debêntures - Juros e principal (nota 6)	15.697	-	-	-	288	-	-	-

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		Consolidado DESPESA	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Grupo econômico								
ESTADO DE MINAS GERAIS								
<i>Circulante</i>								
Dividendos a pagar	-	-	-	69.114	-	-	-	-
Doações de equipamentos e móveis	-	-	-	-	171	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	(3.163)
MGS								
<i>Circulante</i>								
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-	(27.776)	(28.208)
OUTROS								
Gastos com desenvolvimento (i) (nota 26)	-	-	-	-	8.818	12.780	(34.622)	(10.364)
CBMM								
<i>Circulante</i>								
Contas a receber / receita (notas 7 e 24)	119.110	114.365	-	-	1.297.630	1.670.051	-	-
Contas a pagar (nota 17)	-	-	391.848	541.283	(533.818)	(566.196)	-	-
Adiantamentos recebidos (nota 21) (ii)	-	-	7.019	19.511	-	-	-	-
<i>Não circulante</i>								
Contas a pagar (nota 17)	-	-	138.415	42.962	-	-	-	-
Adiantamentos recebidos (nota 21) (ii)	-	-	175.056	194.567	-	-	-	-
Coligadas								
COMIPA								
<i>Circulante</i>								
Receitas arrendamento	-	-	-	-	4	4	-	-
CBL								
<i>Circulante</i>								
Dividendos e JCP a receber (nota 8) / Resultado com part. societ. (nota 14.2)	2.656	-	-	-	-	-	-	-
BIOTECH								
<i>Não circulante</i>								
Debêntures - Juros e principal (nota 6)	15.697	-	-	-	288	-	-	-

- (i) A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais e, nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado, vide nota 26. Caso os convenientes não executem a integralidade do recurso repassado pela Codemge, ou anteriormente pela Codemig, eles são obrigados a devolverem o recurso atualizado monetariamente, apresentado na linha de recuperação de despesas na nota 27. Ademais, em junho de 2020 foi assinado um Termo de Cooperação Mútua entre os Estado de Minas Gerais e a Codemge para regular a instalação temporária do hospital de campanha para apoio ao enfrentamento da pandemia de Coronavírus na área do Expominas. A Codemge ficou responsável em ressarcir à cessionária todas as despesas que tenham relação direta ao funcionamento do

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

hospital durante o período de sua instalação no Expominas. Porém, alguns valores estão sendo discutidos em arbitragem, sem definição até a data base dessas demonstrações financeiras.

- (ii) Foi estabelecido nos atos societários da cisão que o passivo de adiantamento de receitas – SCP naquela data seria vertido para Codemge. O saldo em aberto na data da cisão correspondia ao saldo da primeira e da segunda operação de adiantamento. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, uma vez que fazem parte da estrutura negocial da Escritura Pública da SCP (nota 1 (c)), foi registrado contas a receber de partes relacionadas com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo, ou seja, com todos encargos financeiros. Cabe ressaltar que a Codemig participou de novas operações de antecipação de receitas das quais a Codemge não possui qualquer obrigação de ressarcimento. Para outras informações sobre o adiantamento de lucros, vide nota 20.

(a) Remuneração da administração

A administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a da Codemig, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, exceto pela folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemge.

Considerando que a administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemge, todos seus membros abriram mão de seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente público.

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia e da Codemig durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$6.261 (R\$5.947 em 31 de dezembro de 2019, contabilizados em sua maioria pela Codemge) e são cobradas da Codemig via Contrato de Compartilhamento de Despesas assinado entre Codemig e Codemge.

(b) Caixa movimentado entre partes relacionadas

Durante o processo de cisão da Codemig que culminou na criação da Codemge, nota 1 (a), diversos compromissos surgiram em nome da nova empresa cindida. Em face disto, a Codemig operacionalizou por meio de seu caixa diversos compromissos da Codemge que, durante o curso de suas atividades estão sendo acertados entre as empresas. O acerto de contas deverá ser realizado por compensação de dividendos a distribuir ou pagamento em caixa pela Codemig, de acordo com o saldo. Os saldos transacionados no exercício de 2020 foram os abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
(i) Pagamentos de ativos relacionados a CBMM advindos da cisão	(32.002)	(3.621)
(ii) Transações pela Codemig por conta e ordem da Codemge	5.957	2.700
Total	<u>(26.045)</u>	<u>(921)</u>

- (i) A cisão destinou à Codemge saldos em aberto entre Codemig e CBMM que só seriam liquidados em momento futuro. Na sua liquidação, a Codemig cobrou/repassou tais valores à Codemge, já considerando o efeito da cisão;
- (ii) A Codemge, como parte de seu processo de cisão, se utilizou de ativos e do nome da Codemig para execução de suas atividades, considerando seu período de adaptação e regularização fiscal, legal e operacional. Além disso, a Codemig utiliza-se da infraestrutura de pessoal da Codemge. Os saldos em aberto dessa natureza ou de natureza similar são liquidados no mês subsequente ao seu registro.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Participações societárias e outros ativos financeiros

Este grupo de contas é composto por *i*) participações societárias de controladas e coligadas, sobre as quais a Codemge exerce influência significativa e controle, respectivamente; e *ii*) outros ativos financeiros, composto por outras empresas em que não existe influência significativa - instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O saldo é dividido como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Outros ativos financeiros (14.1)	361.386	176.249	361.386	299.895
Participações societárias (14.2)	531.943	751.721	224.240	238.982
	<u>893.329</u>	<u>927.970</u>	<u>585.626</u>	<u>538.877</u>

14.1 Outros ativos financeiros

A seguir a composição dos instrumentos financeiros patrimoniais:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Participação acionária direta				
BDMG	176.693	176.249	176.693	176.249
Bônus de subscrição OXIS BR	1.668	-	1.668	-
	<u>178.361</u>	<u>176.249</u>	<u>178.361</u>	<u>176.249</u>
Participação em fundos de investimento				
FIP Aerotec	163.878	-	163.878	106.279
FIP Seed4Science	371	-	371	2
FUNCINE	4.795	-	4.795	4.905
FIP Biotec E Ciências Da Vida	13.981	-	13.981	12.460
	<u>183.025</u>	<u>-</u>	<u>183.025</u>	<u>123.646</u>
Total	<u>361.386</u>	<u>176.249</u>	<u>361.386</u>	<u>299.895</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos instrumentos financeiros patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Participação acionária direta				
BDMG				
Saldo inicial	176.249	170.388	176.249	170.388
Aquisição de cotas	444	5.861	444	5.861
	<u>176.693</u>	<u>176.249</u>	<u>176.693</u>	<u>176.249</u>
Bônus de subscrição OXIS BR				
Saldo inicial	-	-	-	-
Aquisição de cotas	1.668	-	1.668	-
	<u>1.668</u>	<u>-</u>	<u>1.668</u>	<u>-</u>
Participação em fundos de investimento				
FIP Aerotec				
Saldo inicial	-	-	106.279	36.739
Saldo incorporação Codepar	102.038	-	-	-
Aquisição de cotas	20.566	-	22.694	50.120
Valorização de cotas	41.274	-	34.905	19.420
	<u>163.878</u>	<u>-</u>	<u>163.878</u>	<u>106.279</u>
FIP Seed4Science				
Saldo inicial	-	-	2	43
Saldo incorporação Codepar	40	-	-	-
Aquisição de cotas	330	-	390	61
Valorização / (desvalorização) de cotas	1	-	(21)	(102)
	<u>371</u>	<u>-</u>	<u>371</u>	<u>2</u>
FUNCINE				
Saldo inicial	-	-	4.905	-
Saldo incorporação Codepar	4.773	-	-	-
Aquisição de cotas	229	-	229	5.000
Desvalorização de cotas	(207)	-	(339)	(95)
	<u>4.795</u>	<u>-</u>	<u>4.795</u>	<u>4.905</u>
FIP Biotec E Ciências da Vida				
Saldo inicial	-	-	12.460	-
Saldo incorporação Codepar	13.208	-	-	-
Aquisição de cotas	2.170	-	3.350	12.873
Desvalorização de cotas	(1.397)	-	(1.829)	(413)
	<u>13.981</u>	<u>-</u>	<u>13.981</u>	<u>12.460</u>
Total	<u>361.386</u>	<u>176.249</u>	<u>361.386</u>	<u>299.895</u>

BDMG

Em 2012 a Codemig adquiriu ações ordinárias de emissão do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, banco público controlado pelo Governo de Estado de Minas Gerais e, portanto, parte relacionada do Grupo. O aporte de capital no BDMG teve como objetivo (i) induzir de forma indireta o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, pela alavancagem da capacidade do banco de conceder financiamento para empreendimentos de pequeno, médio e grande porte no Estado de Minas Gerais; e (ii) gerar retorno sobre o capital do Grupo.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esse ativo foi recebido pela Codemge no processo de cisão parcial da Codemig ocorrido em 2018. A partir de 2018 tal ativo passou a ser mensurado pelo seu valor justo conforme aplicação da nova norma de instrumentos financeiros, CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Dentre as abordagens de avaliação apresentadas no CPC 46/IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, concluiu-se que a mais aplicável ao caso, tendo em vista sua complexidade de mensuração de valor justo pela inexistência de mercado para tais ações, seria a de abordagem de custo, de maneira que seu valor justo foi mensurado considerando a técnica de custo de reposição do ativo, ou seja, o preço de emissão de suas ações em um aumento de capital, considerando que as ações do BDMG não são ativos a venda pelos seus acionistas (majoritariamente o Estado de Minas Gerais) e nem cotados em bolsa ou em mercado de balcão.

Em 18 de dezembro de 2019, após deliberação de juros sobre capital próprio (“JCP”) aos seus acionistas em Assembleia Geral do BDMG, imediatamente a mesma Assembleia deliberou novo aumento de capital no banco, em que foram subscritas 64.979.066 novas ações ao preço de emissão de R\$0,03, totalizando um valor de R\$1.949. Desse modo, todo o recurso decorrente do JCP declarado foi integralizado pelo Grupo.

Em 11 de maio de 2020 houve um aumento de capital social do BDMG, realizado por meio de Assembleia Geral, em que foi deliberado a subscrição de 3.333.333.333 novas ações ordinárias com valor fixado em R\$0,03, totalizando um valor de R\$100.000. A totalidade das ações foram subscritas pelo acionista Estado de Minas Gerais, constando a renúncia ao direito de preferência dos demais acionistas. Sendo assim, o novo capital social do BDMG passou a ser R\$2.104.971 e a Codemge que anteriormente detinha uma participação de 8,72% deste montante, passou a deter uma participação de 8,29% do capital social, no valor de R\$183.617.

Em Assembleia Geral do BDMG, realizada nos dias 28 e 30 de dezembro de 2020, houve novo aumento de capital, por meio da capitalização dos juros sobre capital próprio (“JCP”) propostos na mesma assembleia. Foram subscritas 223.603.370 novas ações ao preço de emissão de R\$0,03, totalizando um valor de R\$6.214. A Codemge subscreveu um total de 15.974.717 novas ações, totalizando um aumento de R\$444 em sua participação no Banco. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2020, o valor da participação societária é de R\$176.693.

Vale ressaltar que, a Lei das S.A. determina que o preço de emissão da ação poderá ser avaliado considerando: (i) a perspectiva de rentabilidade da companhia, (ii) o valor do patrimônio líquido da ação, e (iii) a cotação de suas ações em Bolsa de Valores ou no mercado de balcão organizado, admitido ágio ou deságio em função das condições de mercado. Em outubro de 2020, antes do último aumento de capital, o patrimônio líquido avaliado em R\$1.965.276 que se encontrava dividido em 70.870.154.177 ações ordinárias. Sendo assim o valor de patrimônio da ação estaria avaliado à R\$0,0277. Devido a impossibilidade de fixação do valor da ação por fração de centavo, o valor da ação é automaticamente arredondado para R\$0,03. Considerando que o custo de reposição é determinado pelo valor da última transação de aquisição de ações, não seria adequado considerarmos o valor de patrimônio da ação para cálculo do custo de reposição, pois ele seria insuficiente para a reposição do ativo. Assim reiteramos que o valor de reposição das ações do BDMG possui valor justo, pela abordagem de custo e técnica de custo de reposição, de R\$176.693.

Contudo, destacamos que, na ocorrência de um evento, como o de grupamento de ações do BDMG, possivelmente as casas decimais não terão tanta representatividade no preço da ação a ponto de que os eventuais arredondamentos não causem diferenças relevantes, logo a avaliação da ação seria melhor representada por seu valor patrimonial. Essa informação é relevante pois nessa hipótese – do valor das ações serem representadas pelo valor patrimonial – de acordo com os dados de outubro de 2020 do banco, o ativo se desvalorizaria 7,55% e o valor do ativo seria de R\$163.360. Na hipótese do patrimônio líquido do BDMG ser inferior à R\$1.771.754, é possível que no primeiro aumento de capital a se realizar

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o valor patrimonial da ação seja arredondado para baixo – R\$0,02. Nesse caso, o valor do ativo atingiria o montante de R\$117.819. Vale ressaltar que qualquer variação do valor justo do ativo, pela opção do Grupo, será registrada em outros resultados abrangentes.

BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO DA OXIS BRASIL

Em 30 de abril de 2020, a Oxis Energy Brazil emitiu 55.600.000 bônus de subscrição com valor unitário de R\$0,03, totalizando o valor de R\$1.668. Cada bônus confere à titular o direito de subscrever uma ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da Oxis Energy Brazil.

Os bônus de subscrição poderão ser exercidos uma única vez anualmente, mediante condições específicas validadas por processo inicial de auditoria contidos em contrato de investimento, pelo preço de exercício de R\$0,01. O referido bônus tem validade de 10 anos contados da data do relatório do processo inicial de auditoria, ainda a ser contratado.

FIP AEROTEC

O AEROTEC – Fundo de Investimento em Participações foi constituído sob a forma de condomínio fechado e é regido por seu Regulamento, de acordo com a Instrução CVM nº 578/16 e demais disposições legais e regulamentares. Classificado como um fundo restrito tipo 2 nos termos da Deliberação ANBIMA, é destinado exclusivamente a investidores profissionais. A administração e gestão do Fundo são responsabilidade da Confrapar Participações e Pesquisa S.A., vencedora de processo licitatório conduzido pela Codepar.

O objetivo preponderante do fundo é obter rendimentos de longo prazo aos seus cotistas por meio de investimentos diretos e/ou indiretos em valores mobiliários de emissão de empresas com sede social estabelecida no Estado de Minas Gerais, que possuam alto potencial de crescimento e atuação no setor aeroespacial. O fundo também mantém foco em tecnologias de manufatura aditiva e/ou avançada, alinhando-se ao planejamento e à política de investimentos do Grupo.

O prazo de duração do fundo será de 10 anos contados a partir da data de registro do fundo na CVM, prazo este que poderá ser prorrogado, mediante proposta do administrador/gestor, por até 5 períodos adicionais de um ano. A Codemge já realizou 62 integralizações de quotas no AEROTEC, totalizando um investimento de R\$120.512, valor equivalente a 86,08% do capital subscrito do fundo.

O FIP Aerotec possui a seguinte disposição de capital:

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital à investir
FIP Aerotec	140.000	120.512	19.488
	<u>140.000</u>	<u>120.512</u>	<u>19.488</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2020 o FIP Aerotec havia investido nas seguintes participações:

Participações	Entidade local/ internacional	Integralizado
Altave Holding S.A	Local	3.500
Flapper Tecnologia S.A.	Local	7.775
Oxis Energy Limited	Internacional	30.388
Oxis Brasil	Local	84
Cliever Indústria e Comércio de Produtos Tecnológicos S.A.	Local	2.500
Astro Science do Brasil Pesquisa e Desenvolvimento S.A.	Local	1.400
Xmrobots Holding S.A.	Local	28.000
Entalpia Participações S.A. (Unicoba)	Local	30.000
Compass Diagnóstico, Planejamento e Prototipagem Odontológica S.A.	Local	7.500
		<u>111.147</u>

FIP SEED4SCIENCE

O SEED4SCIENCE – Fundo de Investimento em Participações Capital Semente foi constituído sob a forma de condomínio fechado e é regido por seu Regulamento, de acordo com a Instrução CVM nº 578/16 e demais disposições legais e regulamentares. O fundo faz aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão das Empresas Alvo, quais sejam, companhias abertas ou fechadas, ou ainda sociedades limitadas atuantes nos setores de biotecnologia, nanotecnologia, internet das coisas, materiais avançados, tecnologia da informação e comunicação, especialmente relacionadas com *big data* e *machine learning*. As aplicações do fundo são realizadas por meio da aquisição de ativos como ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários.

As empresas devem possuir a tecnologia como diferencial. A atuação prioritária deve envolver soluções para problemas relevantes da indústria, agronegócio, varejo ou do setor de saúde e bem-estar, sendo dado especial enfoque às oportunidades provenientes ou de alguma forma ligadas ou oriundas de centro de pesquisas, faculdades e universidades.

O fundo tem como público alvo investidores qualificados, de acordo com os termos do Art. 9º-B da Instrução CVM nº 539/13, que busquem obter retorno diferenciado no longo prazo. É classificado como fundo diversificado tipo 1, nos termos do Código ABVCAP/ANBIMA e prazo de duração de 10 anos contados da data da primeira integralização de cotas do fundo.

A administração do fundo é exercida pela BRL Trust Investimentos Ltda e a gestão cabe à FUNDEPAR Gestão e Consultoria de Investimentos Ltda.

O capital subscrito total do Fundo é de R\$35.000, sendo que o Grupo é responsável pela participação de 8,57% das cotas subscritas, ou seja, um capital subscrito de R\$3.000. Até então já foram realizadas cinco integralizações de quotas, totalizando uma quantia de R\$510, valor equivalente à 10% do capital subscrito no fundo.

O FIP Seed4Science possui a seguinte disposição de capital:

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital à investir
FIP SEED4SCIENCE	<u>3.000</u>	<u>510</u>	<u>2.490</u>
	<u>3.000</u>	<u>510</u>	<u>2.490</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2020 o FIP Seed4Science havia investido nas seguintes participações:

Participações	Entidade local/ internacional	Integralizado
Aratu S.A.	Local	200
Kunumi SRV TI S.A.	Local	2.978
Logpyx Tecnologia S.A.	Local	2.733
Lume Robotics S.A	Local	250
Neuromind IA – 521 Particip	Local	250
Optimal Energy Sistemas e Serviços de Informação S.A.	Local	200
		6.611

FUNCINE

O FUNCINE – Fundo de Financiamento da indústria Cinematográfica Nacional de Minas Gerais é um fundo de financiamento da indústria cinematográfica nacional, com foco regional em Minas Gerais, regido pelo seu Regulamento e tendo sido constituído de acordo com os requisitos da Instrução CVM nº 398/03 sob a forma de condomínio fechado.

O fundo tem como propósito proporcionar a valorização das cotas por ele emitidas, em favor de seus investidores, por meio da realização de investimentos em projetos aprovados pela Agência Cinematográfica Nacional – ANCINE para produção, comercialização e distribuição de obras audiovisuais brasileiras e independentes e ainda para aquisição de ações de empresas brasileiras, sediadas em Minas Gerais, constituídas para produção, distribuição e comercialização de obras audiovisuais brasileiras, bem como prestação de serviços de infraestrutura cinematográficas e audiovisuais.

A administração do fundo é exercida pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda e a gestão cabe à Investimage Administradora de Recursos Ltda.

O prazo de duração do fundo é de 10 anos a contar da data de autorização para funcionar pela CVM e conta com um capital comprometido de R\$21.000, advindo da primeira rodada de investimentos, em que a Codepar (incorporada pela Codemge em fevereiro 2020) e a gestora do fundo subscreveram um capital de R\$20.000 e R\$1.000, respectivamente. O Grupo realizou uma integralização de quotas até a presente data no valor de R\$5.229, equivalente à 26,45% do capital subscrito no fundo.

O FUNCINE possui a seguinte disposição de capital:

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital à investir
FUNCINE	20.000	5.229	14.771
	20.000	5.229	14.771

Em dezembro de 2020 a Codemge adquiriu as 250 cotas do FUNCINE pertencentes à Investimage e passou a ser a única cotista do fundo. A Investimage no mesmo ato renunciou formalmente à gestão do fundo e se comprometeu a não dar prosseguimento a nenhum projeto ou proposta de investimento até a sua efetiva saída da gestão, que poderá ocorrer em até 180 dias. O Grupo avalia junto à ANCINE as estratégias para o seu desinvestimento neste fundo.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

FIP BIOTEC E CIÊNCIAS DA VIDA

O BIOTEC – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia é constituído sob a forma de condomínio fechado e regido por seu Regulamento e Instrução CVM nº 578/16 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Sua classificação pelo Código ABVCAP/ANBIMA é fundo restrito tipo 2. O público-alvo são investidores qualificados de acordo com os termos do Art. 9º-B da Instrução CVM nº 539/13. O fundo terá duração de 10 anos contados a partir de 05 de setembro de 2019 e o prazo poderá ser prorrogado por dois períodos adicionais de um ano, mediante proposta do Administrador do fundo.

O objetivo preponderante do fundo é obter rendimentos de longo prazo aos seus cotistas, por meio de investimentos, em valores mobiliários de companhias-alvo com sede localizada em Minas Gerais ou com atuação no Estado. As companhias-alvo são empresas que possuem alto potencial de crescimento que tenham atuação nos setores de biotecnologia e ciências da vida. Entende-se que biotecnologia e ciências da vida cobrem um amplo espectro de áreas de aplicação, incluindo saúde humana, saúde animal, agricultura, meio ambiente e biotecnologia industrial.

A administração do fundo é exercida pela FIR Capital Partners – Gestão de Investimentos S.A. e a gestão cabe à FIR Gestão de Investimentos Ltda.

O fundo poderá emitir duas classes distintas de cotas: as Cotas de Classe A deverão ser integralizadas com moeda nacional, enquanto que as Cotas de Classe B deverão ser integralizadas com valores mobiliários de companhias-alvo. A gestora do fundo se compromete, de acordo com o Regulamento, a subscrever R\$5.000 em Cotas de Classe A do fundo, devendo integralizá-las de acordo com os demais cotistas.

O capital subscrito do Fundo é de R\$127.650, ao passo que o Grupo é subscritor de R\$68.000. O Grupo realizou cinco integralizações de quotas, desde o início do fundo, totalizando a quantia de R\$16.223, valor equivalente a 23,86% do capital subscrito no fundo.

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital à investir
FIP BIOTEC	68.000	16.223	51.777
	68.000	16.223	51.777

Em 31 de dezembro de 2020 o FIP Biotec havia investido na seguinte participação:

Participações	Entidade local/ internacional	Integralizado
Vita Participações S/A	Local	21.295
		21.295

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.2 Investimentos em participações societárias

O Grupo possui investimentos em controladas e coligadas visando o desenvolvimento diversificado do Estado de Minas Gerais. Naqueles investimentos em que possui influência significativa, o Grupo formalizou acordos de acionistas e outros documentos pertinentes visando a proteção de seus direitos enquanto acionista minoritário, não integrante de bloco de controle.

Natureza e extensão das participações materiais em controladas e coligadas do Grupo:

Controladas (a) e coligadas (b)	Sede	Quantidade de ações / quotas		% participação no capital social		Natureza do Investimento
		Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	
Controladora						
CODEMIG	(a) Belo Horizonte	92.022	92.021	51,00%	51,00%	Empresa detentora dos direitos minerários do nióbio e sócia da SCP em conjunto com a CBMM.
IAS	(b) São José da Lapa	1.764.706	-	15,00%	15,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor aeroespacial.
Helibrás	(b) Itajubá	70.190.051	13.292.583	15,51%	25,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor aeroespacial.
Biotech Town	(b) Nova Lima	4.900.000	-	49,49%	49,49%	Aquisição primária de ações para desenvolvimento e aceleração de empresas em biotecnologia.
CBL	(b) Divisa Alegre	1.666.667	-	33,33%	33,33%	Aquisição secundária de ações para alavancar o mercado de exploração e mineração de lítio e produção de compostos químicos e seus co-produtos.
Datora Participações	(b) São Paulo	20.247.726	-	23,00%	23,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor de telecomunicações.
Consolidado						
COMIPA	(b) Araxá	187.272.000	20.787.600	50,99%	48,26%	Aquisição primária de ações para exploração mineral de nióbio.

Além dessas participações societárias, o Grupo possui participação de 55% no lucro e 50% no patrimônio afetado de uma SCP ÁGUA MINERAL com o objeto de envasamento e comercialização das águas minerais de Caxambu e Cambuquira. Por uma SCP não ser uma sociedade de fato, suas informações não estão descritas no quadro acima.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

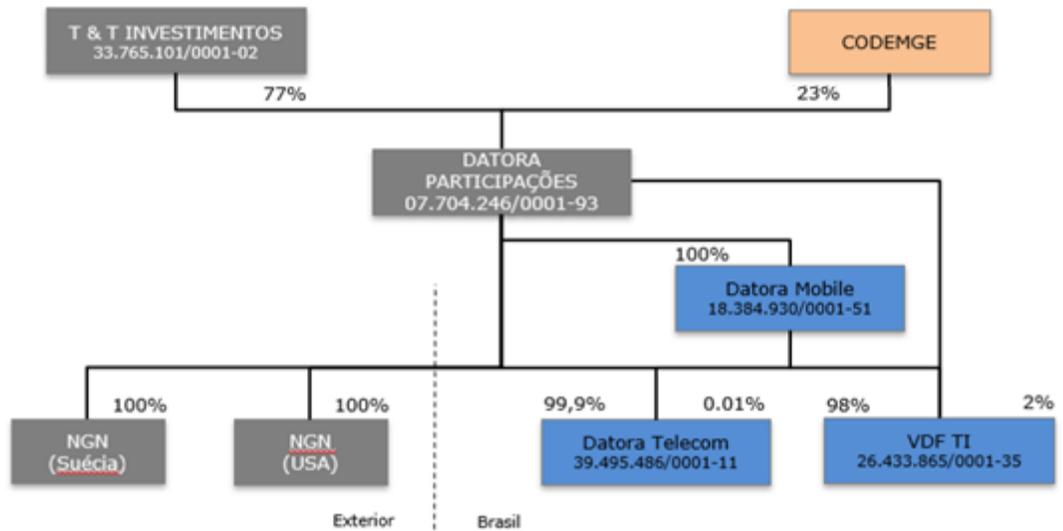
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado na nota 1 (e), a controlada Codepar foi incorporada pela Codemge em fevereiro de 2020 de modo que todo seu patrimônio foi distribuído no balanço patrimonial da Codemge e, em 31 de dezembro de 2020, já encontra-se evidenciado em seus saldos patrimoniais individuais.

- (i) Em 2019 o Grupo, que desde 2017 era acionista da Arqia (Datora Mobile), participou de uma operação societária transacionando sua participação de 43% na Arqia e sua posição de debêntures emitidas também pela Arqia para obter uma participação de 23% na Datora Participações: empresa do grupo Datora que já era controladora da Arqia, e agora detém 100% do seu capital. A Datora Participações também detém controle da Datora Telecom, empresa de telecomunicações fixa e comunicação multimídia e já se encontra atualmente consolidado no mercado brasileiro, além de atuar no mercado internacional por meio das empresas NGN Suécia e NGN USA. Esta alteração permitirá ao Grupo Datora capturas de sinergias em impostos, sistemas e pessoal, bem como alavancará a capacidade de vendas através de cross-selling e utilização e canais. Também importante, com uma estrutura mais simples, o Grupo ganhará agilidade e eficácia em seus processos.

Após a reestruturação, o organograma do grupo ficou da seguinte forma:



Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos saldos dos investimentos:

Investimentos	Valor patrimonial do investimento	Valor da mais valia	Ágio (goodwill)	Controladora	
				2020	2019
				Total	Total
CODEMIG	307.972	-	-	307.972	376.950
CBL (i)	19.386	61.315	-	80.701	-
Helibrás (i)	24.902	28.896	-	53.798	-
Datora Participações (i)	12.827	-	51.723	64.550	-
IAS (ii)	8.109	13.501	-	21.610	-
BiotechTown (i)	108	-	18	126	-
CODEPAR	-	-	-	-	371.758
SCP Água Mineral	738	-	-	738	479
Outros investimentos (iii)	2.448	-	-	2.448	2.534
	<u>376.490</u>	<u>103.712</u>	<u>51.741</u>	<u>531.943</u>	<u>751.721</u>
					Consolidado
				2020	2019
				Total	Total
CBL (i)	19.386	61.315	-	80.701	81.214
Helibrás (i)	24.902	28.896	-	53.798	70.079
Datora Participações (i)	12.827	-	51.723	64.550	61.651
IAS (ii)	8.109	13.501	-	21.610	22.317
BiotechTown (i)	108	-	18	126	440
COMIPA	269	-	-	269	268
SCP Água Mineral (i)	738	-	-	738	479
Outros investimentos (iii)	2.448	-	-	2.448	2.534
	<u>68.787</u>	<u>103.712</u>	<u>51.741</u>	<u>224.240</u>	<u>238.982</u>

- (i) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da SCP Água Mineral, da Helibrás, da Datora Participações, da BiotechTown e da CBL, as informações financeiras de 30 de novembro de 2020.
- (ii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da IAS, as informações financeiras de 31 de outubro de 2020.
- (iii) Outros investimentos são compostos por participações minoritárias avaliadas pelo custo na Embraer, Cemig, Santander, SICOOB, obras de arte e ainda participações em consórcios de exploração de gás.

Alocação do preço de compra dos investimentos:

O Grupo, no momento da compra dos investimentos, realizou a alocação do preço de compra entre valor correspondente à participação no patrimônio líquido, no valor justo de ativos e passivos, líquidos, e ágio advindo de expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa, conforme já mencionado na nota 2.3 (b). A Codemge realizou testes de *impairment* no exercício, conforme premissas apresentadas na nota 2.6 (d).

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) A alocação do preço de compra da IAS teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados em contratos de clientes com os órgãos de defesa do Governo Federal, enquanto o ágio encontra-se baseado no fluxo de caixa descontado futuro estimado. O teste de recuperabilidade do ativo foi realizado, por meio de *valuation* realizado por especialistas, e constatou-se que o valor justo do ativo supera seu valor contábil, portanto não houve baixa relacionada ao *impairment* do investimento, referente ao exercício de 2020.
- (b) A alocação do preço de compra da Helibrás teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados em contratos de clientes e valor justo de mercado de seu imobilizado, enquanto o ágio encontra-se baseado no fluxo de caixa descontado futuro estimado. O teste de recuperabilidade do ativo foi realizado, por meio de *valuation* realizado por especialistas, e constatou-se que o valor justo do ativo supera seu valor contábil, portanto não houve baixa relacionada ao *impairment* do investimento referente ao exercício de 2020.
- (c) A alocação do preço de compra da Datora Participações teve o ágio baseado no fluxo de caixa descontado futuro estimado das suas participações societárias, cujas mais relevantes são a Datora Mobile e Datora Telecom. O teste de recuperabilidade do ativo foi realizado, por meio de *valuation* realizado por especialistas, e constatou-se que o valor justo do ativo supera seu valor contábil, portanto não houve baixa relacionada ao *impairment* do investimento referente ao exercício de 2020.
- (d) A alocação do preço de compra da CBL teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseada no valor justo do direito de exploração de lavra e produção de lítio, utilizando para o seu cálculo o método de abordagem de receita. O ágio foi calculado com base nos fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente descontados pelo custo médio ponderado de capital. O teste de recuperabilidade do ativo foi realizado, por meio de *valuation* realizado por especialistas, e constatou-se que o valor justo do ativo supera seu valor contábil, portanto não houve baixa relacionada ao *impairment* do investimento referente ao exercício de 2020.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos investimentos em participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Controladora

Investidas	2019	Aquisição/ (redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	Incorporação da Codepar	2020
CODEMIG	376.950	-	387.426	-	-	(456.404)	-	307.972
CBL	-	-	8.832	(3.985)	(54)	(2.214)	78.122	80.701
Helibrás	-	-	(4.068)	(5.644)	(4.596)	334	67.772	53.798
Datora Participações	-	-	3.618	(756)	63	-	61.625	64.550
IAS	-	-	379	(22)	-	(1.118)	22.371	21.610
BiotechTown	-	-	(1.008)	-	-	-	1.134	126
CODEPAR	371.758	4.147	(1.362)	-	(3.884)	-	(370.659)	-
SCP Água Mineral	479	1.500	(1.241)	-	-	-	-	738
Outros investimentos	2.534	(59)	(27)	-	-	-	-	2.448
	<u>751.721</u>	<u>5.588</u>	<u>392.549</u>	<u>(10.407)</u>	<u>(8.471)</u>	<u>(459.402)</u>	<u>(139.635)</u>	<u>531.943</u>

Consolidado

Investidas	2019	Aquisição/ (redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	2020
CBL	81.214	-	10.715	(4.458)	(86)	(6.684)	80.701
Helibrás	70.079	-	(4.156)	(8.267)	(3.858)	-	53.798
Datora Participações	61.651	-	3.683	(846)	62	-	64.550
IAS	22.317	-	1.309	(898)	-	(1.118)	21.610
BiotechTown	440	864	(1.178)	-	-	-	126
COMIPA	268	-	2.220	-	-	(2.219)	269
SCP Água Mineral	479	1.500	(1.241)	-	-	-	738
Outros investimentos	2.534	(59)	(27)	-	-	-	2.448
	<u>238.982</u>	<u>2.305</u>	<u>11.325</u>	<u>(14.469)</u>	<u>(3.882)</u>	<u>(10.021)</u>	<u>224.240</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos investimentos em participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

						Controladora
Investidas	2018	Aquisição/ (redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	2019
CODEMIG	486.131	(124.303)	580.401	-	(565.279)	376.950
CODEPAR	273.645	72.215	13.870	12.028	-	371.758
SCP Água Mineral	1.011	-	(532)	-	-	479
Outros investimentos	2.267	976	(709)	-	-	2.534
	<u>763.054</u>	<u>(51.112)</u>	<u>593.030</u>	<u>12.028</u>	<u>(565.279)</u>	<u>751.721</u>

								Consolidado
Investidas	2018	Aquisição/ (redução) de participação	Equivalência patrimonial do custo patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Reversão de impairment	Distribuição de dividendos e JCP	2019
SCP Água Mineral	1.011	-	(532)	-	-	-	-	479
COMIPA	268	-	1.052	-	-	-	(1.052)	268
IAS	20.146	-	2.721	(3.098)	-	3.037	(489)	22.317
Helibrás	71.799	-	474	(6.175)	1.649	2.332	-	70.079
Arqia Datora	36.667	(34.969)	1.154	(928)	(1.924)	-	-	-
Datora Participações	-	61.651	-	-	-	-	-	61.651
BiotechTown	701	956	(1.217)	-	-	-	-	440
CBL	78.475	-	10.066	(3.564)	(111)	-	(3.652)	81.214
Outros investimentos	2.267	976	(709)	-	-	-	-	2.534
	<u>211.334</u>	<u>28.614</u>	<u>13.009</u>	<u>(13.765)</u>	<u>(386)</u>	<u>5.369</u>	<u>(5.193)</u>	<u>238.982</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações financeiras da carteira de investimentos em coligadas e controladas em 31 de dezembro de 2020:

(a) Informações patrimoniais sobre controladas e coligadas

	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Controladas					
CODEMIG	686.736	907.369	624.691	365.548	603.865
Coligadas					
CBL	48.576	26.462	13.956	2.807	58.275
Helibrás	1.013.522	311.711	716.348	448.319	160.566
Datora Participações	12.528	74.253	8.061	22.948	55.772
IAS	156.439	28.147	126.927	3.595	54.064
Biotech Town	3.550	12.826	186	15.971	219
COMIPA	17.313	2.851	13.647	5.991	526
SCP Água Mineral	1.936	7.751	1.341	6.870	1.476

(b) Informações de resultado do exercício sob análise

	<u>Receita bruta</u>	<u>Lucros e prejuízos do exercício</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Resultado abrangente total</u>
Controladas				
CODEMIG	764.691	759.658	-	759.658
Coligadas				
CBL	108.355	27.426	(579)	26.847
Helibrás	839.776	(32.779)	(32.593)	(65.372)
Datora Participações	17.649	16.017	900	16.917
IAS	25.928	3.865	-	3.865
Biotech Town	113	(2.207)	-	(2.207)
COMIPA	91.878	2.254	-	2.254
SCP Água Mineral	1.040	(282)	-	(282)

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Imobilizado

O imobilizado do Grupo apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora						
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Equipamentos operacionais	Imobilizado em andamento	Direitos de uso	Outros imobilizados	Total
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	125.491	372.303	49.404	126.312	-	1.980	675.490
Depreciação acumulada	-	(117.910)	(32.875)	-	-	-	(150.785)
Impairment	(1.257)	(862)	-	-	-	-	(2.119)
Saldo contábil, líquido	124.234	253.531	16.529	126.312	-	1.980	522.586
Aquisições	-	7	226	66.475	-	6.207	72.915
Baixas	(259)	(322)	(1.029)	(23)	-	-	(1.633)
Transferências	-	9.144	204	(9.348)	-	-	-
Depreciação - adições	-	(4.552)	(3.332)	-	-	-	(7.884)
Depreciação - baixas	-	186	661	-	-	-	847
Impairment	(21.862)	41	-	(84.762)	-	-	(106.583)
Em 31 de dezembro de 2019	102.113	258.035	13.259	98.654	-	8.187	480.248
Custo	125.232	381.132	48.805	183.416	-	8.187	746.772
Depreciação acumulada	-	(122.276)	(35.546)	-	-	-	(157.822)
Impairment	(23.119)	(821)	-	(84.762)	-	-	(108.702)
Saldo contábil, líquido	102.113	258.035	13.259	98.654	-	8.187	480.248
Aquisições	-	859	1.699	40.743	14.529	4.994	62.824
Baixas	-	-	(423)	(2.034)	-	-	(2.457)
Transferências	-	26.062	6.371	(32.537)	-	104	-
Depreciação - adições	-	(4.531)	(3.354)	-	(648)	-	(8.533)
Depreciação - baixas	-	-	393	-	-	-	393
Impairment	(841)	41	-	(18.139)	-	(4.375)	(23.314)
Em 31 de dezembro de 2020	101.272	280.466	17.945	86.687	13.881	8.910	509.161
Custo	125.232	408.053	56.452	189.588	14.529	13.285	807.139
Depreciação acumulada	-	(126.807)	(38.507)	-	(648)	-	(165.962)
Impairment	(23.960)	(780)	-	(102.901)	-	(4.375)	(132.016)
Saldo contábil, líquido	101.272	280.466	17.945	86.687	13.881	8.910	509.161

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado						
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Equipamentos operacionais	Imobilizado em andamento	Direitos de uso	Outros imobilizados	Total
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	465.282	629.090	72.593	126.312	-	1.980	1.295.257
Depreciação acumulada	-	(121.414)	(33.343)	-	-	-	(154.757)
<i>Impairment</i>	(1.257)	(862)	-	-	-	-	(2.119)
Saldo contábil, líquido	464.025	506.814	39.250	126.312	-	1.980	1.138.381
Aquisições	-	7	226	66.475	-	6.207	72.915
Baixas	(259)	(322)	(1.029)	(23)	-	-	(1.633)
Transferências	-	9.144	204	(9.348)	-	-	-
Depreciação - adições	-	(7.865)	(6.071)	-	-	-	(13.936)
Depreciação - baixas	-	186	661	-	-	-	847
<i>Impairment</i>	(23.297)	41	-	(84.762)	-	-	(108.018)
Em 31 de dezembro de 2019	440.469	508.005	33.241	98.654	-	8.187	1.088.556
Custo	465.023	637.919	71.994	183.416	-	8.187	1.366.539
Depreciação acumulada	-	(129.093)	(38.753)	-	-	-	(167.846)
<i>Impairment</i>	(24.554)	(821)	-	(84.762)	-	-	(110.137)
Saldo contábil, líquido	440.469	508.005	33.241	98.654	-	8.187	1.088.556
Aquisições	-	859	1.216	40.743	14.529	4.994	62.341
Baixas	-	-	(445)	(2.034)	-	-	(2.479)
Transferências	-	26.062	6.371	(32.537)	-	104	-
Depreciação - adições	-	(7.844)	(6.080)	-	(648)	-	(14.572)
Depreciação - baixas	-	-	395	-	-	-	395
<i>Impairment</i>	(841)	41	-	(18.139)	-	(4.375)	(23.314)
Em 31 de dezembro de 2020	439.628	527.123	34.698	86.687	13.881	8.910	1.110.927
Custo	465.023	664.840	79.136	189.588	14.529	13.285	1.426.401
Depreciação acumulada	-	(136.937)	(44.438)	-	(648)	-	(182.023)
<i>Impairment</i>	(25.395)	(780)	-	(102.901)	-	(4.375)	(133.451)
Saldo contábil, líquido	439.628	527.123	34.698	86.687	13.881	8.910	1.110.927

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A existência destes ativos é condizente com o objeto social da Companhia (nota 1), que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

O imóvel relativo ao Expominas Belo Horizonte, de valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2020 de R\$101.260, foi arrendado para terceiros e também foi dado em garantia no primeiro trimestre de 2019, com o consentimento do arrendatário, à um empréstimo com a FINEP para desenvolvimento do projeto de Terras Raras, do qual ainda não houve nenhum desembolso pela FINEP. O valor residual total de bens do ativo imobilizado cedido em garantia é de R\$106.006 em 31 de dezembro de 2020 (R\$107.211 em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2019, ao se avaliar o valor em uso das benfeitorias realizadas no antigo prédio do Bemge, localizado na Praça Sete em Belo Horizonte, de propriedade da Fundação João Pinheiro e cedida à Codemge para execução do projeto P7 Criativo, devido às mudanças de planejamento estratégico, não foi possível verificar o seu valor recuperável. O valor da provisão para perda por redução ao valor recuperável registrado ao fim de 2020 foi de R\$47.441 (R\$45.468 em 31 de dezembro de 2019).

Além deste, em 2019 dois terrenos tiveram seu valor contábil provisionado para perda por valor recuperável devido ao plano da administração de doar-los ao Estado de Minas Gerais. O mais relevante, no montante de R\$39.294, é um terreno desapropriado onde encontra-se localizado uma via de acesso à Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais e um túnel o qual estão registrados como imobilizado em andamento por pendências de regularização. Além deste, também há intenção de doação pela Companhia ao Estado de MG de um terreno localizado no bairro Bonsucesso, em Belo Horizonte-MG, que possui valor contábil de R\$21.862.

Em 2020 foi registrado *impairment* dos itens de imobilizado do empreendimento LabFabITR, no valor total de R\$21.382, conforme *valuation* elaborado por consultoria especializada, tendo como base o preço médio para a venda do negócio como um todo.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Intangível

O intangível do Grupo apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora					
	Custos de desenvolvimento	Direitos contratuais	Marcas e patentes	Softwares	Direitos de lavra e jazidas	Total
Em 31 de dezembro de 2018						
Custo	20.143	3.793	245	2.074	12.087	38.342
Amortização acumulada	-	(648)	-	(1.430)	(8)	(2.086)
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	(12.029)	(12.029)
Saldo contábil, líquido	20.143	3.145	245	644	50	24.227
Aquisições	6.566	58	8	16	65	6.713
Baixas	-	(1.644)	-	-	-	(1.644)
Transferência	(1)	-	1	-	-	-
Amortização - adições	-	(315)	-	(206)	(1)	(522)
Amortização - baixa	-	963	-	-	-	963
Em 31 de dezembro de 2019	26.708	2.207	254	454	114	29.737
Custo	26.708	2.207	254	2.090	12.152	43.411
Amortização acumulada	-	-	-	(1.636)	(9)	(1.645)
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	(12.029)	(12.029)
Saldo contábil, líquido	26.708	2.207	254	454	114	29.737
Aquisições	11.567	-	8	62	50	11.687
Amortização - adições	-	(1)	-	(196)	(2)	(199)
<i>Impairment</i>	(2.988)	-	(6)	-	-	(2.994)
Em 31 de dezembro de 2020	35.287	2.206	256	320	162	38.231
Custo	38.275	2.207	262	2.152	12.202	55.098
Amortização acumulada	-	(1)	-	(1.832)	(11)	(1.844)
<i>Impairment</i>	(2.988)	-	(6)	-	(12.029)	(15.023)
Saldo contábil, líquido	35.287	2.206	256	320	162	38.231

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	Custos de desenvolvimento	Direitos contratuais	Marcas e patentes	Softwares	Direitos de lavra e jazidas	Total
Em 31 de dezembro de 2018						
Custo	20.142	3.793	252	2.074	12.100	38.361
Amortização acumulada	-	(648)	-	(1.430)	(8)	(2.086)
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	(12.029)	(12.029)
Saldo contábil, líquido	20.142	3.145	252	644	63	24.246
Aquisições	6.566	58	8	16	65	6.713
Baixas	-	(1.644)	-	-	-	(1.644)
Transferência	(1)	-	1	-	-	-
Amortização - adições	-	(315)	-	(206)	(1)	(522)
Amortização - baixa	-	963	-	-	-	963
Em 31 de dezembro de 2019	26.707	2.207	261	454	127	29.756
Custo	26.707	2.207	261	2.090	12.165	43.430
Amortização acumulada	-	-	-	(1.636)	(9)	(1.645)
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	(12.029)	(12.029)
Saldo contábil, líquido	26.707	2.207	261	454	127	29.756
Aquisições	11.568	-	8	62	50	11.688
Amortização - adições	-	(1)	-	(196)	(3)	(200)
<i>Impairment</i>	(2.988)	-	(6)	-	-	(2.994)
Em 31 de dezembro de 2020	35.287	2.206	263	320	174	38.250
Custo	38.275	2.207	269	2.152	12.215	55.118
Amortização acumulada	-	(1)	-	(1.832)	(12)	(1.845)
<i>Impairment</i>	(2.988)	-	(6)	-	(12.029)	(15.023)
Saldo contábil, líquido	35.287	2.206	263	320	174	38.250

Dos custos de desenvolvimento, o principal conjunto de projetos em desenvolvimento decorre do MGgrafeno, nos quais foram investidos R\$33.633 até 31 de dezembro de 2020 (R\$23.733 em 31 de dezembro de 2019). O grafeno é um material de carbono cuja utilidade fora descoberta em 2004 e que tem revolucionado várias áreas do conhecimento e da indústria por suas propriedades únicas, como alta condutividade térmica e elétrica, maleabilidade e força.

Enxergando-o como um material do futuro e visando o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, o Grupo desenvolve desde 2016 o Projeto MGgrafeno, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), para a implantação da primeira fábrica de produção de grafeno do Brasil. Localizada no campus da UFMG, em Belo Horizonte (MG), a planta-piloto do projeto está em operação, com capacidade de mais de 150kg de grafeno por ano. A tecnologia desenvolvida é reproduzível, escalável e com baixo custo. Atualmente o projeto atingiu sua terceira fase e está, em parceria com o investidores privados, avaliando o modelamento, a qualidade do grafeno e desenvolvendo aplicações para diversas indústrias, tais como de compósitos, baterias, dispositivos eletrônicos, tintas, entre outros.

Em 2020 foi registrado *impairment* dos itens do intangível do empreendimento LabFabITR, no valor total de R\$2.994, conforme *valuation* elaborado por consultoria especializada, tendo como base o preço médio para a venda do negócio como um todo.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Contas a pagar

O Grupo, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data de encerramento do balanço são reconhecidos pelo Grupo como contas a pagar, uma vez que serão compensados com resultados da SCP ou quitados junto à CBMM quando da exigibilidade dos débitos. Ademais, uma menor parte são obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IRPJ / CSLL SCP (i)	-	-	358.408	493.161
Valores a pagar SCP (ii)	-	-	13.314	35.742
Valores a ressarcir a SCP (iii)	-	-	158.541	55.342
Fornecedores nacionais	2.031	2.998	2.032	3.014
Outros	3	3	3	3
	<u>2.034</u>	<u>3.001</u>	<u>532.298</u>	<u>587.262</u>
Circulante	2.034	3.001	393.883	544.300
Não circulante	-	-	138.415	42.962
	<u>2.034</u>	<u>3.001</u>	<u>532.298</u>	<u>587.262</u>

- (i) Correspondem aos saldos dos tributos da SCP não descontados do resultado distribuído e, portanto, devidos à CBMM. Os saldos são acumulados durante o exercício até o mês de dezembro e sua quitação ocorre sempre em janeiro do exercício subsequente, quando da apuração do lucro real da SCP e de sua quitação pela CBMM junto à fazenda federal.
- (ii) O lucro líquido da SCP com a CBMM é apurado no regime de competência e apresenta ajustes de caixa para sua efetiva distribuição mensal, conforme disposições de sua Escritura Pública de constituição. Isto posto, os valores apurados em provisões registradas no lucro líquido da SCP são registrados no contas a pagar do Grupo, tendo em vista a expectativa de sua liquidação e consequentes compensação em resultados futuros da SCP.
- (iii) Com base em interpretação da Escritura Pública, foi acordado entre os sócios da SCP, através do 8º Termo de Acordo, que a Codemig deve participar dos custos financeiros de todas as operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela CBMM, em nome da SCP, na proporção de 25%. Contudo, considerando o efeito exclusivamente econômico do seu registro na competência, foi acordado que as variações cambiais somente serão descontadas ou incrementadas nos recebíveis mensais decorrentes da participação da Codemig na SCP na data da vinculação dos cambiais à entrega da mercadoria ao mercado na moeda transacionada. Sendo assim, o Grupo, para refletir o passivo ou ativo gerado dessa obrigação ou direito criado pelo acordo passou a registrar o ativo ou passivo derivado de sua participação nas variações cambiais dessas operações em seu balanço e realiza-lo no momento da amortização da dívida pela CBMM, quando a variação cambial final da operação é deduzida ou incrementada na distribuição mensal de sua participação na SCP.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Operações de arrendamento mercantil

A Codemge assinou em abril de 2020 um contrato para locação de um imóvel localizado dentro de uma planta industrial da Mercedes-Benz do Brasil S.A. em Juiz de Fora/MG. O imóvel será utilizado pela Codemge em parceria com a Oxis Energy para implantação da primeira fábrica de células de baterias de lítio-enxofre do mundo. A operação da fábrica caberá a Oxis Brasil, empresa subsidiária da Oxis Energy no país.

O galpão onde será instalada a fábrica possui uma área de 18.500 m², mas inicialmente serão utilizados 13.500 m². Os outros 5.000 m² poderão ser adicionados ao contrato se for do interesse das partes. O espaço passará por obras de adequação para instalação da fábrica após a conclusão dos projetos de engenharia, que serão realizados por conta da Oxis Brasil. A previsão para início das operações da fábrica é em 2023, após a realização de todas as obras de adequação e implantação de todos os equipamentos necessários. O prazo de duração do arrendamento será de 15 anos e o valor do aluguel mensal será de R\$15,00 por m² e será reajustado anualmente pelo IGP-M.

Em consonância com a adoção da norma IFRS 16/CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, a mensuração e reconhecimento do passivo de arrendamento se deu pelo valor presente dos pagamentos mensais do aluguel, descontados pela aplicação da taxa de empréstimo incremental do Grupo de 10,71% ao ano. Em contrapartida foi registrado o ativo de direito de uso do imóvel, cujos valores de custo e depreciação estão evidenciados na nota 15.

O passivo do Grupo contém os seguintes saldos relacionados ao arrendamento:

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Passivo de arrendamento	31.601	-
Juros embutidos a apropriar	(16.052)	-
	15.549	-
Circulante	442	-
Não circulante	15.107	-
	15.549	-

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	-	-
Aquisição de arrendamento	31.601	-
(-) Juros embutidos a apropriar	(17.071)	-
Juros embutidos incorridos no período	1.019	-
	15.549	-

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abertura da operação de arrendamento mercantil por ano de vencimento:

	Controladora e consolidado		
	Valor nominal	Juros embutidos a apropriar	Valor presente do arrendamento
Por ano de vencimento			
2022	1.822	(280)	1.542
2023	2.376	(541)	1.835
2024	2.376	(718)	1.658
2025	2.376	(878)	1.498
2026	2.376	(1.023)	1.353
2027 a 2035	19.800	(12.579)	7.221
	<u>31.126</u>	<u>(16.019)</u>	<u>15.107</u>

19 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Impostos e contribuições retidas de terceiros	753	703	760	747
Impostos e contribuições retidas sobre salários	1.381	1.203	1.381	1.206
PIS e COFINS	1.360	2.027	1.436	2.165
Imposto sobre mercadorias e serviços	207	303	209	312
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.282	-	11.282	2.877
Outros	-	-	-	9
	<u>14.983</u>	<u>4.236</u>	<u>15.068</u>	<u>7.316</u>
Circulante	3.701	4.236	3.786	4.439
Não circulante	11.282	-	11.282	2.877
	<u>14.983</u>	<u>4.236</u>	<u>15.068</u>	<u>7.316</u>

O imposto de renda e contribuição social diferidos advêm do reconhecimento de ganho patrimonial líquido dos instrumentos financeiros classificados pelo VJORA, conforme notas 4 e 14. A variação patrimonial positiva, portanto, não afeta nem o resultado contábil ou resultado fiscal e é reconhecida no patrimônio líquido da Companhia, gerando assim um diferença temporária tributável, e por consequência um passivo fiscal diferido.

20 Salários e encargos sociais

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Férias	6.314	5.774
Participação nos lucros e resultados (PLR)	4.177	3.756
INSS	2.621	2.368
FGTS	816	759
Indenizações	364	-
Outros	154	48
	<u>14.446</u>	<u>12.705</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Adiantamentos e cauções recebidos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Adiantamento de receitas SCP (i)	-	-	182.075	214.078
Adiantamento de clientes e cauções recebidas (ii)	3.315	1.968	3.315	1.975
	<u>3.315</u>	<u>1.968</u>	<u>185.390</u>	<u>216.053</u>
Circulante	3.315	1.962	10.334	21.480
Não circulante	-	6	175.056	194.573
	<u>3.315</u>	<u>1.968</u>	<u>185.390</u>	<u>216.053</u>

- (i) A Codemig, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, pode concordar em receber adiantamentos de seus lucros, atrelados à realização de operações de pré-pagamento de exportação da SCP realizados pela sócia ostensiva. Dos adiantamentos em aberto, R\$49.539 foram recebidos em 2015, R\$7.019 em 2016, R\$48.017 em 2018 e R\$77.500 em 2019 e são vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2021 e 2027. Os adiantamentos são realizados em reais – moeda da Escritura Pública – e são cobrados no momento em que a SCP vincula o título de exportação, na moeda da operação, aos cambiais antecipados. Sua cobrança é por meio de redução na distribuição dos resultados da SCP e ocorre pelo valor nominal adiantado, em reais e sem qualquer ajuste ou efeito de carregamento.
- (ii) Os adiantamentos de clientes e cauções recebidos decorre do registro de depósitos em garantias dos contratos de prestação de serviço e valores recebidos antecipadamente sob a forma de “sinal de reserva” e parcela do “saldo devedores”, relativos aos contratos de locação dos auditórios dos quais o Grupo é proprietário e gestor. A medida que os eventos são realizados, as receitas são reconhecidas no resultado e os saldos de adiantamento são baixados.

Abertura dos adiantamentos de recebíveis e cauções por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Por ano de vencimento				
2020	-	1.962	-	21.480
2021	3.315	6	10.334	19.517
2022	-	-	12.385	12.385
2023	-	-	56.362	56.362
2024	-	-	28.810	28.810
2025	-	-	25.833	25.833
2026	-	-	25.833	25.833
2027	-	-	25.833	25.833
	<u>3.315</u>	<u>1.968</u>	<u>185.390</u>	<u>216.053</u>

22 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões para contingências contabilizadas em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contingências cíveis (i)	2.459	1.995	34.560	28.589
Contingências tributárias (ii)	3.681	1.351	23.657	16.333
Contingências trabalhistas	681	527	681	527
Contingências ambientais	1.521	-	1.521	-
Outras contingências	1.917	2.153	1.917	2.153
	<u>10.259</u>	<u>6.026</u>	<u>62.336</u>	<u>47.602</u>

- (i) Do saldo total consolidado, R\$32.101 decorre da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2010 (R\$26.596 em 31 de dezembro de 2019). Existe um vínculo do pagamento da indenização com a solução de uma disputa judicial, que identificará quem é o ex-acionista a ser indenizado pela Codemig. Pela indefinição do real devedor e sua consequente inexigibilidade até a data de conclusão do processo, com o seu consecutivo trânsito em julgado, o Grupo considera tal indenização como uma contingência e a atualiza monetariamente.
- (ii) Refere-se à provisão de tributos envolvendo os ativos do Grupo. Em razão de impedimentos regulamentares, o Grupo não consegue liquidá-los e portanto decidiu por provisionar tais tributos antes mesmo de ser cobrado pelas autoridades fiscais.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Grupo está envolvido em outros processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios com risco de perda classificado como possível por seus consultores jurídicos envolvendo a Companhia no montante de R\$15.678 em 31 de dezembro de 2020 (R\$12.585 em 31 de dezembro de 2019) e envolvendo o Grupo em R\$15.772 em 31 de dezembro de 2020 (R\$12.788 em 31 de dezembro de 2019), para as quais não é requerida a provisão para eventuais perdas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro.

Exceto pela contingência cível provisionada pela Codemig, a maioria dos demais processos envolvendo a Codemig até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes, incluindo as contingências classificadas como possíveis restando somente aqueles processos que envolviam os ativos que se mantiveram na Codemig após a cisão.

Ações relevantes relativas à cisão

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Codemig estão sendo questionadas judicialmente pela sociedade civil e pelo MPMG e administrativamente pelo MPC junto ao TCE-MG. O Estado de Minas Gerais também foi acionado em ambas esferas, judicial e administrativa, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). A administração do Grupo monitora de perto o andamento de tais processos e classificou a probabilidade de materialização do risco como remoto.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado da Codemge é de R\$751.091 (R\$751.091 em 31 de dezembro de 2019), representado por 205.221 ações, sendo que o Estado de Minas Gerais detém 205.219 e a MGI detém 2 ações.

(b) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2020 a reserva de capital era de R\$580.943 (R\$580.943 em 31 de dezembro de 2019) referente a ágio na emissão de ações onde parte do preço da emissão das ações, que não tem valor nominal, ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.

(d) Reservas de lucro

(d.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme disposições legais. Ainda conforme a lei, a reserva legal pode deixar de ser constituída se o saldo da mesma acrescido da reserva de capital exceder 30% do capital social. A reserva legal, conforme legislação, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Considerando que a Codemge não atingiu o limite de 20% do capital social, mas seu saldo de reserva legal e de reserva de capital somado superam o percentual de 30% do capital social, nenhuma reserva foi constituída até que se delibere sobre a destinação dos lucros em Assembleia Geral Ordinária. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da reserva legal na Codemge era de R\$62.996 (R\$62.996 em 31 de dezembro de 2019).

(d.2) Retenção de lucros

Após a constituição da reserva legal, a proposição de dividendos mínimos e a compensação do saldo de prejuízos acumulados, a Companhia destina o saldo remanescente dos lucros acumulados à constituição da reserva de retenção de lucros (reserva de lucros para expansão) com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento aprovados no Conselho de Administração que, alinhados ao planejamento estratégico do Grupo, contribuem para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2020 a reserva de lucros da Companhia, desconsiderando a reserva legal, era de R\$181.385. (R\$383.554 em 31 de dezembro de 2019).

(e) Dividendos

A política de dividendos da Codemge determina a distribuição mínima de 25% dos lucros, após destinações legais e estatutárias.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em AGOE realizada em 17 de abril de 2020, foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2019 no valor de R\$199.114, cabendo ao Estado de Minas Gerais o montante total de R\$199.112, e à MGI, o montante de R\$2. Já havia sido distribuído no decorrer do ano R\$27.236 através de distribuição de dividendos intercalares.

Em 4 de novembro de 2020, na 76ª Reunião de Diretoria, foi deliberado pelo pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$106.579, referentes aos resultados do período findo em 30 de junho de 2020, aprovados na 36ª Reunião do Conselho de Administração. Coube ao Estado de Minas Gerais, detentor de 205.219 ações, o montante de R\$106.578 e à MGI, detentora de 2 ações, coube o montante de R\$1.

Foi deliberado na 82ª Reunião de Diretoria, realizada em 1º de dezembro de 2020, o pagamento de dividendos intermediários baseados no saldo de reserva de retenção de lucros até o período. Foram distribuídos o montante de R\$191.999, sendo que o Estado de Minas Gerais, detentor de 205.219 ações, teve direito ao saldo de R\$191.997, enquanto que a MGI, detentora de 2 ações, teve direito ao saldo de R\$2.

(f) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado em ajuste de avaliação patrimonial de R\$34.167 em 31 de dezembro de 2020 (R\$13.951 em 31 de dezembro de 2019) demonstra os impactos de contas patrimoniais já incorridos decorrentes de transações que somente seriam reconhecidas no resultado em momentos futuros. É composto substancialmente pelas variações de outros resultados abrangentes de empresas coligadas e controladas – nota 14.2 – e dos investimentos mensurados a VJORA – nota 14.1.

24 Receita líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita – SCP (i)	-	-	763.812	1.103.855
Arrendamentos (ii)	27.918	29.154	27.921	29.157
Receita com vendas, serviços e locações	17.060	28.643	17.942	29.888
Receita bruta	<u>44.978</u>	<u>57.797</u>	<u>809.675</u>	<u>1.162.900</u>
Impostos	<u>(4.819)</u>	<u>(6.004)</u>	<u>(4.907)</u>	<u>(6.393)</u>
Receita líquida	<u>40.159</u>	<u>51.793</u>	<u>804.768</u>	<u>1.156.507</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Apresentamos a seguir a abertura do resultado da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados:

Resultado da SCP	2020	2019
Receita bruta de vendas	7.042.612	8.760.355
Devoluções e deduções de receita de vendas	(67.186)	(139.487)
Receita líquida de vendas	6.975.426	8.620.868
Custo de vendas	(1.137.948)	(1.473.997)
Margem bruta nas vendas	5.837.478	7.146.871
Despesas estruturais	(1.436.044)	(619.109)
Outras receitas operacionais	57.092	47.276
Lucro operacional	4.458.526	6.575.038
Resultado de cláusulas contratuais da SCP	731.995	105.165
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP	5.190.521	6.680.203
Participação de 25% da Companhia	1.297.630	1.670.051
Variação cambial decorrente dos adiantamentos de exportações realizados pela CBMM	(103.199)	(6.018)
Imposto de renda e contribuição social corrente – SCP	(425.451)	(567.067)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.168)	6.889
Receita - SCP	763.812	1.103.855

Considerando que o Grupo recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP brutos e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1 (c) e 17).

(ii) Estão compreendidas as receitas com arrendamento de jazidas na extração de minério britado, de administração dos hotéis pertencentes ao Grupo e dos Expominas, pela realização de eventos.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal	(51.030)	(46.968)	(55.127)	(51.190)
Encargos sociais	(9.897)	(9.871)	(9.897)	(9.895)
Despesas de uso e consumo	(6.183)	(6.626)	(7.905)	(8.700)
Serviços de apoio e limpeza	(26.898)	(26.302)	(29.027)	(28.715)
Serviços de consultoria e auditoria	(8.255)	(5.233)	(9.871)	(9.887)
Serviços de engenharia e manutenção	(10.821)	(14.591)	(11.853)	(15.789)
Serviços de vigilância	(4.793)	(4.370)	(5.961)	(5.916)
Serviços de informática	(5.327)	(5.281)	(5.370)	(5.447)
Publicidade e patrocínio	(1.832)	(2.565)	(1.832)	(2.755)
Despesas tributárias (i)	(2.322)	(12.255)	(3.530)	(13.467)
Depreciação e amortização	(8.084)	(8.406)	(14.124)	(14.458)
Perda por redução ao valor recuperável (ii)	(26.965)	(108.203)	(26.965)	(109.638)
Provisão para contingências (iii)	(4.284)	(25.161)	(9.278)	(40.143)
Outras	(2.341)	(9.518)	(3.211)	(9.738)
	<u>(169.032)</u>	<u>(285.350)</u>	<u>(193.951)</u>	<u>(325.738)</u>

(i) Valor de 2019 decorre do reconhecimento do IPTU devido sobre o imóvel denominado Expominas BH. A Codemge regularizou em fevereiro de 2019 a situação do imóvel do Expominas BH que já havia sido transferido ao Grupo por integralização de capital em 2003. Tal registro encontrava-se pendente por necessidade de regularização territorial do imóvel. Considerando a característica do Estado de Minas Gerais de imunidade tributária, o imóvel não era objeto de IPTU, contudo, no momento da transferência da escritura a Prefeitura de Belo Horizonte lançou a dívida de IPTU devida dos últimos 5 exercícios no montante de R\$8.806 à Codemge, integralmente paga no ano de 2019.

(ii) Valor de 2019 refere-se às despesas de *impairment* realizadas naquele exercício, sendo elas: 1) das benfeitorias realizadas no antigo prédio do Bemge, localizado na Praça Sete em Belo Horizonte, de propriedade da Fundação João Pinheiro e cedida à Codemge para execução do projeto P7 Criativo no montante de R\$45.468. Até que se consiga demonstrar tal recuperabilidade, os dispêndios da Companhia para a conclusão das obras serão capitalizados e imediatamente provisionados para perda. Para maiores informações, vide nota 15; 2) decorridas de intenção de doação de terrenos para o Estado de Minas Gerais, quais sejam: de terreno desapropriado no entorno da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais (“CAEMG”) uma vez que parte substancial deste terreno foi utilizada para construção da alça do túnel e do túnel de acesso à CAEMG, cuja regularização cartorial ainda encontra-se pendente, de modo que o mesmo está registrado no grupo imobilizado em andamento. O valor do custo de desapropriação deste terreno foi de R\$39.294; e de terreno no bairro Bonsucesso, Belo Horizonte - MG, cujo custo foi de R\$21.862. Para maiores informações, vide nota 15; 3) de terreno localizado em Ribeirão das Neves, do qual a administração aprovou sua doação ao Estado de Minas Gerais, considerando que o mesmo já possui edificações e encontra-se ocupado por órgãos públicos do Estado. Tal terreno se encontra classificado em Estoque de imóveis a comercializar, e teve como impacto de *impairment* o montante de R\$1.620.

Valor de 2020 refere-se à despesa de R\$24.376 de *impairment* do LabFabITR conforme *valuation* para a venda do empreendimento.

(iii) No 1º trimestre de 2019 foi constituída provisão para contingência no valor de R\$22.275 devido a alteração da probabilidade de perda em processo de ação de regresso de desapropriação em que a parte adversa é a empresa Cimento Tupi S.A. Em épocas passadas o Estado de MG desapropriou um imóvel e não deu quitação do valor concordado pela desapropriação. Posteriormente, esse mesmo

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

imóvel desapropriado, já de propriedade do Estado, foi integralizado ao capital social da CDI, empresa incorporada pela Codemig, e a Codemig, posteriormente, vendeu esse mesmo imóvel à Cimento Tupi. A empresa desapropriada conseguiu na justiça que a Cimento Tupi se responsabilizasse pela quitação da dívida de desapropriação, e a Cimento Tupi, por sua vez, acionou a Codemig a se responsabilizar quanto à essa mesma indenização. Considerando o Termo de Indenização e Outras Avenças, a Codemge assumiu tal ônus em nome da Codemig. O valor provisionado é o valor acordado entre as partes da ação, corrigido monetariamente até a data do acordo, e integralmente pago em 2019.

26 Gastos com desenvolvimento

	Valor do convênio	Valor total repassado até 2020	Valores desembolsados até			
			Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
Convênio 4833 - SESI	2.942	2.942	-	755	-	755
Convênio 5207 - SETOP-MG	2.500	2.500	-	1.930	-	1.930
Convênio 5342 - Associação Brasileira dos Criadores de Girolando	3.155	3.155	-	1.614	-	1.614
Convênio 5449 - SETOP-MG e DER-MG	10.000	8.000	6.000	-	6.000	-
Convênio 5454 - Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena	800	800	-	400	-	400
Convênio 5455 - Prefeitura Municipal de Frei Inocêncio	800	800	-	400	-	400
Convênio 5463 - Prefeitura Municipal de Caratinga	800	800	-	400	-	400
Convênio 10337 - Prefeitura Municipal de Juruáia	400	400	-	200	-	200
Convênio 10347 - Prefeitura Municipal de Brasília de Minas	800	800	400	-	400	-
Convênio 10348 - Prefeitura Municipal de Campo Belo	800	800	400	-	400	-
Convênio 10354 - Prefeitura Municipal de Ipanema	800	800	-	400	-	400
Convênio 10361 - Prefeitura Municipal de São Sebastião do Rio Verde	7.500	7.500	-	2.250	-	2.250
Convênio 10362 - Prefeitura Municipal de Perdões	800	800	400	-	400	-
Convênio 10368 - Policia Militar de Minas Gerais	2.553	1.418	305	477	483	715
Convênio 10610 - Codemge x SESI	500	500	-	500	-	500
Convênio 10823 - Convênio Semana Int Café 2019	1.146	800	-	800	-	800
Convênio 10888 - SEINFRA e Município de Itapeva	215	202	202	-	202	-
Convênio 10971 - Convênio Sistema BIM	1.830	506	506	-	506	-
Convênio 10972 - Convênio Trecho Januária MGC479	2.479	1.172	1.172	-	1.172	-
Convênio 10991 - Obra acesso DI Jacutinga	4.000	4.000	4.000	-	4.000	-
Convênio 11016 - Obra Poços de Caldas	12.060	12.060	12.060	-	12.060	-
Convênio 11037 - COPASA - Adutora LABFAB	500	500	500	-	500	-
Convênio 11065 - Sebrae-MG - Programa Sebraetec	10.000	6.000	6.000	-	6.000	-
Termo de cooperação – Hospital de Campanha Expominas BH	-	2.499	2.499	-	2.499	-
	<u>67.380</u>	<u>59.754</u>	<u>34.444</u>	<u>10.126</u>	<u>34.622</u>	<u>10.364</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Parcerias	(7.403)	(10.311)	(7.403)	(10.311)
Recuperações de taxas e despesas (i)	9.111	20.655	9.211	20.656
Reversão de <i>impairment</i> (ii)	-	-	-	2.206
Perda de recebíveis (iii)	(3.022)	-	(3.022)	-
Outras	(1.231)	(1.059)	(1.250)	8.008
	<u>(2.545)</u>	<u>9.285</u>	<u>(2.464)</u>	<u>20.559</u>

- (i) A Codemge, conforme apresentado na nota 26, celebra convênios com diversos órgãos do governo, sejam eles do governo estadual ou municipal. Caso os convenientes não executem a integralidade do recurso repassado pela Codemge, ou anteriormente pela Codemig, eles são obrigados a devolverem o recurso atualizado monetariamente.
- (ii) Decorre da reversão de *impairment* na IAS (R\$3.037) e na Helibrás (R\$2.332) derivados da melhora no cenário econômico do valuation realizado em 2019. Além disso, em 2019 foi ainda reconhecida uma perda de R\$3.163 referente a baixa dos custos de transação capitalizados do IPO, não realizado.
- (iii) Em 2020, após negociação com a Mosaic Fertilizantes, a administração identificou um desbalanceamento econômico no contrato de arrendamento de sua mina de fosfato, optou pela baixa do saldo a receber derivado do mínimo contratual em aberto e está atualmente renegociando as cláusulas do seu contrato com a arrendatária.

28 Resultado financeiro

O resultado financeiro incorrido pelo Grupo está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem como o *benchmark* o CDI e o IPCA, de modo que a flutuação de tais índices influencia diretamente nos montantes apropriados de receitas enquanto o recebimento do arrendamento foi atrelado à moeda americana, dólar, de maneira que a oscilação do valor do real perante tal moeda impacta diretamente nas receitas ou despesas financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Juros recebidos de aplicações financeiras	10.178	15.030	29.310	43.905
Varição monetária ativa	536	14.136	5.518	7.939
Outras	608	2.549	608	2.549
	<u>11.322</u>	<u>31.715</u>	<u>35.436</u>	<u>54.393</u>
Despesas				
Perdas aplicações e instrumentos financeiros	(628)	-	(800)	-
Varição monetária passiva	(247)	(259)	(5.755)	(8.110)
Outras	(320)	(536)	(753)	(1.254)
	<u>(1.195)</u>	<u>(795)</u>	<u>(7.308)</u>	<u>(9.364)</u>
	<u>10.127</u>	<u>30.920</u>	<u>28.128</u>	<u>45.029</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas são tributadas com base no lucro real as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia e suas controladas apresentaram prejuízo fiscal após os ajustes sobre o lucro contábil. A discrepância entre o lucro contábil e o prejuízo fiscal se dá uma vez que a maior receita do Grupo, proveniente da SCP, é tributada na própria SCP.

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	226.407	389.552	598.715	885.237
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas	-	(4.145)	-	(4.145)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(76.978)	(131.038)	(203.563)	(299.571)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Exclusão permanente do resultado da SCP	-	-	259.696	375.311
Resultado com participações societárias	129.928	201.630	(1.069)	(257)
Exclusões / (adições) permanentes e temporárias, líquidas	(7.904)	(41.066)	(7.553)	(45.376)
Ativo diferido não registrado (i)	(45.046)	(29.526)	(47.587)	(30.643)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	-	-	(76)	(536)
<i>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</i>	0,00%	0,00%	-0,01%	-0,06%

- (i) Atualmente a administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos por não verificar uma perspectiva de lucro fiscal nos exercícios seguintes, conforme mencionado na nota 2.7 (a). Caso o Grupo tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% (alíquota tributária vigente) do prejuízo fiscal apurado, conforme regra do benefício fiscal vigente.

30 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Operações continuadas		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	226.407	389.552
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>205.221</u>	<u>205.221</u>
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	<u>1.103,24</u>	<u>1.898,21</u>
Operações descontinuadas		
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	-	(4.145)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>205.221</u>	<u>205.221</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	<u>-</u>	<u>(20,20)</u>

31 Eventos subsequentes

(a) Mudança de membros da Administração e Conselho

Após a data base dessas demonstrações, houve troca de dois membros do Conselho de Administração do Grupo. Os senhores Claudio Pinho e Gilmar Carrara foram substituídos provisoriamente pelos senhores Guilherme Augusto de Faria e Alécia Bicalho. Na mesma ocasião, também foi aprovado pelo Conselho de Administração a destituição do membro do Comitê de Auditoria Estatutário Ledomiro Braga da Silva e eleição do senhor Enio de Melo Coradi em sua substituição. Além do Conselho, o Diretor Administrativo da Companhia, Marco Antônio Vilela, também se desligou da Companhia, sendo nomeado para o cargo o senhor Rodrigo Mesquita. O Grupo Codemge agradece aos ex-membros de sua Governança pelos serviços prestados.

(b) Dividendos

Em reuniões da Diretoria da Codemig de 5 de janeiro, 26 de janeiro e 22 de fevereiro de 2021 foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares com base nos resultados de novembro e dezembro de 2020 e janeiro de 2021, respectivamente, no montante acumulado de R\$310.316. O acionista Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais nessas datas, teve direito à R\$152.055.

(c) Contratação do BDMG pelo Estado de Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais contratou o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG como assessor financeiro para os assuntos de desinvestimento de determinados ativos do Grupo definidos pelo Conselho Mineiro de Desestatização - CMD.

* * *